

4. A ilha e o ilhéu

4.1. Caracterização histórico-geográfico da Ilha dos Marinheiros

4.1.1. História e espaço

A história da Ilha dos Marinheiros, segundo Azevedo (2003: 36), diz que antes da vinda dos primeiros colonizadores, a ilha era ocupada por indígenas, identificados pelos estudos de Ruivo (1994) como integrantes da tribo dos Minuanos, povo nômade que nela pescavam, caçavam e cultivavam alimentos para sua sobrevivência, quando ali se instalavam no verão.

Em 1737, o português Silva Paes desembarcou em Rio Grande para formar um núcleo de fortificação e de auxílio à Colônia de Sacramento. As constantes batalhas com os espanhóis obrigaram a Coroa Portuguesa a construir um fortim e povoar as terras próximas a barra do canal, lugar considerado estratégico para a consolidação dos domínios de Portugal. Segundo Maciel “As fortificações, casas, quartéis e demais obras eram feitas de madeira, pau-a-pique e barro” (QUEIROZ apud MACIEL 1998: 67).

Estes soldados deveriam construir uma vila e uma fortificação, sobre as dunas de areia, que caracterizavam a região e que geravam imensas dificuldades. Pela localização e a estrutura costeira, os marinheiros foram encarregados então de conseguir água para o consumo e madeira para essas fortificações, e foram buscá-las na Ilha próxima, onde eram abundantes e de boa qualidade. Segundo Décio Neves “a península do Rio Grande era circundada por inúmeros capões de mato, compostos, sobretudo, por muito boas madeiras, inclusive a grande Ilha dos Marinheiros” (NEVES, 1981:65).

O povoamento da ilha se processou baseado no interesse das vantagens que a Ilha dos Marinheiros oferecia para a atividade agrícola e pesqueira, e que eram até então exploradas, somente pelos nativos indígenas. Transformada inicialmente em três sesmarias doadas a primeira ao Capitão Antonio Gonçalves dos Anjos, a segunda a Antonio de Araújo Vilella e a terceira a Antonio Gonçalves Pereira de Faria (NEVES, 1981:72). Foi reconhecida inicialmente como “A Ilha dos Três Antônios” (FREIRE, 2003:19), e que a historiadora Azevedo (2003) também a retifica no livro



Gravura usada em sala de aula na escola Sylvania Centeno Xavier. Foto: Paulo Azambuja.

4.2. O Ilhéu: Identidade e etnicidade; religiosidade e lendas

4.2.1. O Ilhéu e sua identidade

Ao se trabalhar com imagens fotográficas, se procura, através dos gestos e dos rostos do presente, se resgatar as histórias do passado. As fotografias trazem então um resgate da identidade social e religiosa, na busca pelas explicações da memória, individual e coletiva dos membros destas comunidades, exteriorizada nas demonstrações sociais, culturais e religiosas.

Em realidade, cuando se utiliza uma fotografia cientificamente, su evidencia incuestionable representa una ayuda para llegar a una conclusión: suministra información dentro del marco conceptual de una investigación. Suministra el detalle que faltaba. Cuando se utilizan fotografías en un sistema de control, su evidencia es más o menos limitada a la hora de establecer identidad y presencia. Pero en cuanto se usa una fotografia como médio de comunicación, la naturaleza de la experiência vivida se ve implicad y em esse momento la verdad se vuelve más compleja. (BERGER E MORH, 1998 :98)

De fato no dizer de Guimarães: “A tarefa do narrador é então a de fazer com que a palavra-escrita ou lida – se reencontre com o mundo, religando o olhar ao descritível, o signo à paisagem” (GUIMARÃES, 1999:150), interagindo a semelhança, o similar, a realidade com o conhecimento de mundo e de vida, a fotografia com o acontecimento.

Por outro lado, no relato oral o contraponto entre a narrativa e o imaginário na lembrança do acontecimento e sua relação com o real esta no visual e na compreensão da realidade pela memória, ao estabelecer interações na observação da imagem fotográfica, o que se explica em Aristóteles, para o qual *"o pensamento é impossível sem imagens"* (ARISTÓTELES, apud. SANTAELLA & NOTH, 1998: 28).

Se quisermos compreender a psicologia da imaginação entendida como uma faculdade natural, e não mais como uma faculdade educada, deveremos atribuir um papel a esse animismo prolixo que mistura, a propósito de tudo, o desejo e a visão, as impulsões íntimas e as forças naturais. Então colocaremos como convém, as imagens antes das idéias. Colocaremos, em primeiro lugar, como convém, as imagens naturais, aquelas que a natureza fornece diretamente, aquelas que seguem ao mesmo tempo as forças da natureza e as forças da nossa natureza, aquelas que tomam a matéria e o movimento dos elementos naturais, as imagens que sentimos ativas em nós mesmos, em nossos órgãos. (BACHELARD, 2002:191)

Assim procura-se nos rostos do presente se contextualizar o passado, a história do Povo da Ilha, e apresentar o ilhéu. Ao descrever o passado, narra-se suas imagens, quer sejam boas ou más lembranças, mas sempre são imagens do que se passou.

Bachelard, diz que “(...) os devaneios e os sonhos são para certas almas, a matéria da beleza. Adão encontrou Eva ao sair de um sonho: por isso a mulher é tão bela” (BACHELARD, 2002:18).

Olhar fotografias que narrem a vida, é como sair de um sonho de palavras e descobrir a beleza nas imagens, e perceber pela visão o outro.

Aqui se descortina o ilhéu, sobre quatro vieses da imagem, através da fotoetnografia: os rostos e sua personalidade, o trabalho familiar e a divisão do trabalho, enquanto uma questão de gênero e de identificação social.

A primeira narração intencionalmente, é feita em preto e branco, e reúne uma série de fotografias, realizadas algumas por este pesquisador e outras por diversos colaboradores, durante o período de inserção na comunidade ilhéu, de forma que a cor não provoque devaneios sobre a áurea de cada rosto dos ilhéus. Posteriormente se apresenta a situação do trabalho tal qual se observa na realidade. Toda a narração é feita com pranchas estruturais.

Todavia, quando se debruça sobre uma foto e o olhar a escaneia, vê-se muitas coisas e se imagina muitas outras. Assim, debruce o olhar sobre o ilhéu; e leia, pois nenhuma palavra será acrescentada, além daquelas que a imaginação sugerir.















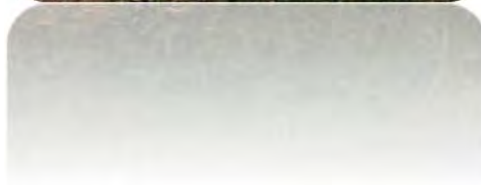


4.2.2. *Uma Narrativa visual*































4.1.3 Uma Narrativa Visual







Fig. 2
Localização
do estudo

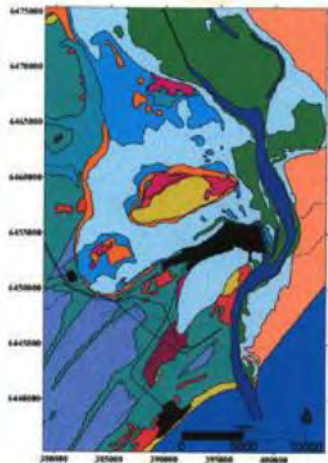
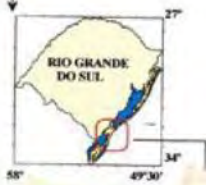
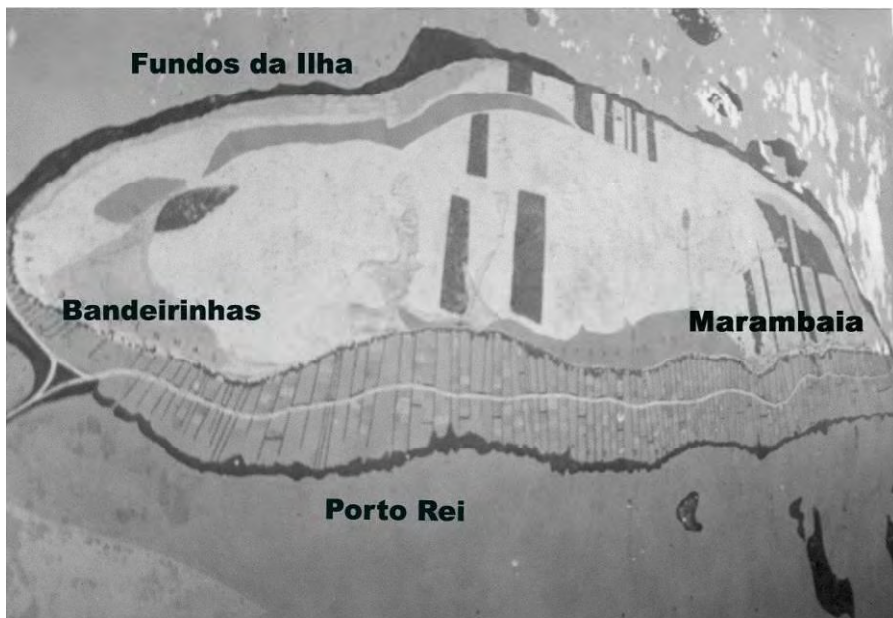
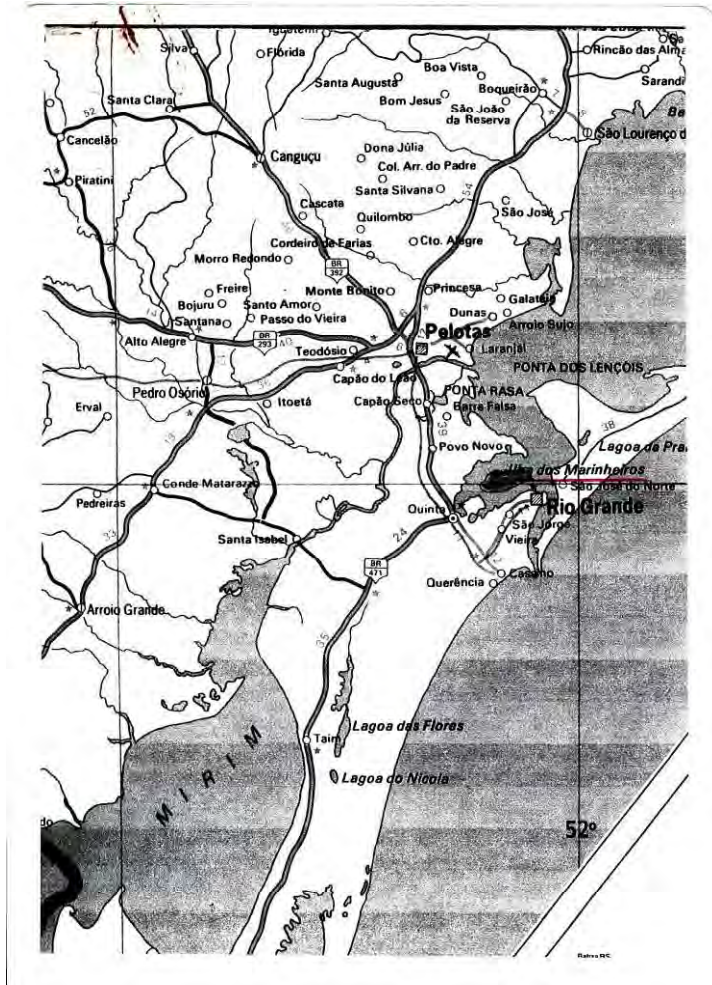


Fig. 1. MAPA DE LOCALIZAÇÃO
(Fonte: Wadswell, 1997)



Foto

Carlos

Recuero.

2004





Desenho de Lyl Recuero, em 2000.







**Capela
de
Santa Cruz**



Imagens Fonte Furg.2001.



Montagem do desenho de Lyl Recuero – 2000.



Foto: Carlos Recuero.

que conta a história da Ilha dos Marinheiros, ao chamar o livro de “*A Ilha dos Três Antônios*” (2003).

Segundo os registros de João Borges Fortes, uma nova doação de terras da ilha foi feita em 1744, “(...) a Marçal da Silva Veiga, o que deve indicar que efetivamente não ocorreu a ocupação dessas terras por parte dos sesmeiros anteriores” (RUIVO, 1994:151).

Sobre a origem do nome da ilha, Ruivo, ao citar Freitas (1980), acrescenta um dado importante referente a importância da Ilha na época da fundação da povoação no continente, e a origem do nome que davam a ilha, referindo-se ao ano de 1780 e ao relatório feito à Coroa por Sebastião Bettamio, o qual escrevia a respeito da Vila de São Pedro, atual cidade do Rio Grande, dizendo:

Defronte da vila em distância por mar de uma légua, está uma ilha chamada dos Marinheiros, na qual tem sesmarias e datas de terras de alguns particulares, e como dali vem as lenhas para a vila pelas não haver – mais próximas, forma isentas da sesmaria e datas, assim as lenhas como os capins que servem para cobertura de casas, a fim de que tanto a Fazenda Real como os moradores da vila se poder em livremente utilizar das ditas lenhas e capins (FREITAS, 1980:159).

Portanto, as constantes idas à ilha, por parte dos marinheiros da esquadra, levaram que a população residente em Rio Grande de São Pedro a batizassem de Ilha dos Marinheiros. “O nome da Ilha dos Marinheiros originou-se pelas constantes idas dos marinheiros da armada de Silva Paes ao local para buscar água potável e lenha” (PIMENTEL, 1944: xx).

Saint-Hilaire diz em 1820, quando de sua passagem por Rio Grande que “(...) grande parte da Ilha dos Marinheiros era coberta de mato e que lá se buscava a lenha necessária, mas era reservado ao consumo do hospital, ao corpo da guarda e aos pobres, a quem se permitia ir ali cortá-la” (SAINT-HILAIRE, 1987: 66).

É importante ressaltar que a ilha, além de fornecer madeira para a construção do fortim no continente, era também o centro fornecedor de água potável para a vila de Rio Grande de São Pedro, sendo no entanto considerada como um local inóspito para se viver, apesar da fertilidade do solo. Os registros de Saint-Hilaire dizem, quando de sua visita ao sul em 1820 “(...) Ali se encontra uma excelente água cuja qualidade

poude julgar, pois era a que se bebia à meza do Major Matheus” (SAINT-HILAIRE, 1987:66).

Ao se consultar os arquivos históricos do Rio Grande do Sul (1977), se percebe que a ilha também teve outro papel, pois segundo Ruivo, o arquivo histórico do Rio Grande do Sul, em seus anais (1997: 159) diz que “A ilha foi utilizada como presídio [...], o negro do sargento mor causa da última desordem, seja remetido para a Ilha dos Marinheiros por tempo de três meses” (RUIVO, 1994: 151), quando se refere a Revolta dos Dragões, ocorrida em 1742.

Os anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul apresenta à página 177 e 178 o seguinte relato sobre a Ilha, compilados por Ruivo;

(...) soldado dragão da Companhia do Tenente-coronel, que ele suplicante se acha preso neste Corpo da Guarda à ordem de V.Sa., por se retirar do pesado serviço que estava ocupando na ilha do Marinheiro para esta povoação, por entender se ajustava com o amplo patrocínio de V. As., pois naquela ilha vivia bastante amofinado do trabalho dela, além de ser mui despido e de todo carecido de quanto se faz preciso a um soldado para poder continuar em sua obrigação e não menos em tão agro serviço (ARQUIVO HISTÓRICO DO RS, 1977:177/178; RUIVO, 1994:151).

Esta imagem de lugar inóspito para se viver, e distante dos lugares civilizados e habitados, de difícil acesso e abandonado, é o retrato do que era a Ilha dos Marinheiros no passado, o que, mesmo assim, não impediu que aos poucos, ali se fosse fixando uma população de colonizadores, devido a “(...) suas fertilíssimas terras, propícias à agricultura” (MACIEL, 1998:41), e que foram atraindo uma população de “(...) imigrantes portugueses e africanos que, familiarizados com as atividades agrícolas, foram lá se estabelecendo” (MACIEL, 1998:41).

De fato Dreys passou por ali em 1817 e relata que em “(...) algumas chácaras produzem com abundância todas as hortaliças e legumes que lhes pedem” (DREYS, 1961:75).

A ilha foi ocupada por portugueses oriundos de Águeda, Aveiro e da Bairrada, (AZEVEDO, 2003:11) e que ali desenvolveram uma variada gama de plantações de hortaliças, legumes, frutas e videiras, constituindo uma ocupação estável de lavradores e o povoamento da ilha. “Dentro deste lagamar acha-se uma grande ilha, chamada dos Marinheiros, muito fértil. Nela se encontram todos os auxílios

necessários para se poder fazer naquele continente uma bem regulada povoação” (GUILHERMINO, 1981:1970).

Este processo de colonização e ocupação geográfica fez com que a ilha dos Marinheiros viesse a se tornar no dizer de Pimentel “(...) o mais importante centro agrícola do município, com intensa cultura de legumes e frutas, fabrico de vinhos, de que se abastece a cidade e faz exportação em larga escala”. “(...) é a parte mais fértil do município, sendo conhecida como o pomar do Rio Grande” (PIMENTEL, 1944:54), isto evidencia o desenvolvimento da ilha para a época e aponta para existência de uma expressiva população de moradores e trabalhadores agrícolas, quase todos de origem portuguesa.

Maestri Filho aponta, no entanto, que na segunda década do século passado, a ilha já abrigava “uma população composta de moradores brancos, de negros libertos e escravos fugitivos, sendo que estes últimos viviam de pequenos furtos ou, principalmente, mantendo um incipiente comércio com a população” (MAESTRI, 1984:129).

Outro dado importante a respeito da ocupação da Ilha dos Marinheiros aparece com relação a uma notícia do jornal “*O Observador*”, em 09 de Janeiro de 1883, a respeito de um Negro chamado Lucas:

(...) este selvagem andava de contínuo armado de espingarda, espada, faca e sahia de vez em quando a passear pela ilha, ameaçando os moradores brancos, a quem se tornava ainda mais terrível pela grande proteção, que tinha dos pretos e pardos forros, que ali residião; sete assassinatos sabe-se que havião sido por elle perpetrados (JORNAL OBSERVADOR, 1833; s.n.).

Percebe-se então que a ocupação da ilha, além dos brancos teve uma grande população de escravizados, “as primeiras populações numericamente importantes foram os descendentes de africanos, que com seu trabalho – extração de madeira, coleta de água e atividades agrícolas, progressivamente começaram um processo de transformação do ambiente nativo (...)” (RUIVO, 1994:160).

Todavia, hoje na Ilha dos Marinheiros não existem negros. Existem aqueles que se deslocam do continente até a ilha para prestarem serviços e depois retornam. Atribui-se este fato com a implantação da vitivinicultura na Ilha, conhecimentos dos quais os negros não eram portadores, e com a libertação dos escravos, todos migraram para o continente.

O cultivo da uva na Ilha dos Marinheiros e as plantações realizadas de forma a explorarem a viticultura, fomentaram a fabricação de vinho, vinagre e da Jeropiga, uma bebida portuguesa a base de uva e álcool e muito semelhante ao vinho do Porto. O depoimento do Seu Pedro, diretor da Banda Ilha, 87 anos diz “(...) além das horticulturas e da cebola, o forte da plantação aqui na ilha era a uva”.

Segundo Azevedo, quanto a uva e o vinho produzidos na Ilha dos Marinheiros “(...) era consumido pelas famílias, depois estendeu-se ao mercado do Rio Grande e mais tarde para a exportação” (AZEVEDO, 2003:62). Diz ainda que até a chegada dos italianos e o início da sua produção de uva e de vinho na serra gaúcha, a situação era que “(...) em 1900 os mercados de Porto Alegre e São Paulo começaram a receber vinho dessa região. Antes, eram abastecidos pela Ilha dos Marinheiros” (AZEVEDO, 2003:46).

Em 1940, é o período em que se encerra o apogeu de desenvolvimento da ilha e o início da industrialização da cidade do Rio Grande, que passa a atrair mão de obra e melhores condições de vida, uma vez que as condições de vida na ilha se tornavam cada vez mais inóspitas e difíceis em relação à cidade do Rio Grande.

A Ilha dos Marinheiros, a partir da década de 40, teve então acentuado um processo de exclusão e isolamento muito grande em relação ao restante do estado do Rio Grande do Sul, devido ao fato de que “(...) a partir de 1945 não vieram mais portugueses, e os que ficaram foram morrendo” e foram ficando somente os descendentes que passaram a se dedicar ao cultivo de hortigranjeiros e à pesca, pois um microorganismo que se desenvolvia nas raízes da videira, acabava por destruí-la “a praga atacou não só as videiras, mas também árvores frutíferas e outras plantas” (AZEVEDO, 2003:47).

Os fortes prejuízos econômicos que sofreram os ilhéus, com a concorrência do vinho da serra gaúcha e as pragas verificadas, comprometeram a sobrevivência do ilhéu, e a sua permanência na ilha, diante de tantas adversidades, o que no dizer de Lima (2003) ao falar sobre o ilhéu, e a sua migração para a cidade diz “(...) A “luz” da cidade vista do lugar convidam para se ir lá(...), (...) e se vê convidado pelas “luzes da cidade” (LIMA, 2003:210).



Foto: Carolina Silveira.

É também a partir do início da década de 40 que ocorrem diversas enchentes na região, afetando a ilha, o que destruiu o que restava das videiras e muitas outras plantações, obrigando parte da população a migrar para a cidade do Rio Grande, em busca de sua subsistência e de melhores condições de vida.

As seguidas enchentes conseqüentemente abalaram a estrutura econômica e geraram sérios problemas de ordem social na Ilha dos Marinheiros. Diante da irrecuperável destruição, uma parcela da população deslocou-se para a cidade do Rio Grande em busca de recursos para a sua subsistência (MACIEL, 1998:50).

As políticas públicas adotadas pelo governo brasileiro, no pós-guerra, levaram de certa forma a estabelecer uma estagnação do desenvolvimento da ilha e da sua população. A modernização e a industrialização dão um forte impulso na evolução da cidade do Rio Grande e estimulam o seu crescimento e a procura por novos mercados.

Este processo afetou a Ilha dos Marinheiros, pois a cidade do Rio Grande se tornou para a única fonte de acesso de conhecimento e tecnologia que tinha com o resto do País, que era a BR 392 que a liga a cidade de Pelotas, e a de Porto Alegre (BR 116) e assim ao resto do país.



Balsa da Ilha dos Marinheiros. Foto: Carlos Recuero.

A prefeitura da cidade do Rio Grande na década de 80, tentando minimizar o isolamento da ilha, implementou um serviço de balsa entre a Ilha dos Marinheiros e a ilha do Leonídio, proporcionando então um acesso por estrada de chão até a Vila da Quinta e posteriormente, pela BR 392, a cidade do Rio Grande e para o resto do estado.

O isolamento por terra, que a ilha foi submetida, desde o primeiro projeto que previa a construção de uma ponte a ligando ao continente, elaborado em 1853, somente foi iniciado ao final da década de 70, quando começou a ser construída uma ligação terrestre entre a ilha e o continente. A ponte, um sonho de todos os ilhéus, que iria ligando a ilha ao continente. A ponte só foi concluída no final de 2004.

Mas pode se perceber pelo estudo dos dados históricos disponíveis sobre a Ilha dos Marinheiros, e pelos sítios arqueológicos encontrados até agora, que existe um vasto campo para a pesquisa, no que tange as ocupações verificadas na ilha por indígenas e populações africanas, bem como para o ocaso em que a ilha atualmente se encontra e pelas diversas repercussões etnológicas que ali se verificam.



Gravura de Luciane Goldberg. Furg. 2007

4.1.2. Geografia sócio-econômica

O estado do Rio Grande do Sul, ao sul do Brasil, possui a maior laguna do mundo, denominada por seus habitantes, como Lagoa dos Patos.

O município do Rio Grande localizado na planície costeira do Estado do Rio Grande do Sul possui dois ambientes naturais, o ecossistema estuarino e o oceano costeiro. É formado por uma faixa de terras baixas e fica na embocadura da Lagoa dos Patos com o Oceano Atlântico.

É através do canal que passa ao lado da cidade do Rio Grande, que o Oceano Atlântico se comunica com a parte sul da Lagoa dos Patos, configurando então uma laguna e não a chamada lagoa.

Ao sudeste da Lagoa dos Patos, próximo à cidade do Rio Grande, está localizada a Ilha dos Marinheiros.

Localizada no noroeste geográfico a 32°. de latitude sul e 52°. 6' de longitude oeste têm uma área de 39.280.854,60m², sendo que 12.583.711,00m² são de lagoas, dunas e areal e 876.948,60 m² pertencem à faixa de Marinha. A Ilha apresenta uma configuração que se pode denominar de circular, com pequenas concavidades e algumas pontas pequenas, e uma mais destacada, denominada de Ponta da Marambaia.

Formada a partir de uma acumulação progressiva de sedimentos lacustres encontra-se em um ponto onde as águas da barra do Rio Grande, que provém do mar, se encontram com as águas da lagoa.

Por sua localização próxima a barra do Rio Grande, e dependendo das estações do ano, e da densidade das chuvas no hemisfério sul, tanto pode ser banhada por água doce, como por água salgada que provém do Oceano Atlântico e que adentra a Laguna dos Patos através da desnivelção da água entre ambos.

Formada por margens praieiras, dunas, densa vegetação nativa, planícies arenosas, imensos taquarais, e imensas áreas de macegas (*Enanthus Saccharoides*), caracterizam a natureza intocada da ilha. Intocada porque, “(...) em meados da década de 80, foram plantados cerca de 400 ha” (MACIEL,1998.35), de *Pinus Elliots*, mudando a natureza originária da ilha.



Lagoa no interior da ilha. Foto: Jandré Batista.



Dunas móveis no interior da Ilha. Foto: Jandré Batista.



Enanthus Saccharoides. Foto: Carlos Recuero.

Esta plantação realizada pela firma Flopal, Florestadora Palmares Ltda. mudou radicalmente a estrutura geológica e afetou sobre maneira o sistema ecológico da ilha ao influir no manancial freático da ilha.



Plantação de Pinus Elliots na ilha. Foto: Paulo Azambuja.

Em seu interior a ilha possui imensos cordões de dunas arenosas e em alguns baixios e depressões, são formadas algumas lagoas de água doce pela chuva.



Lagoas no interior da Ilha. Foto: Paulo Azambuja.



A dunas e a margem da ilha. Foto: Paulo Azambuja.

A mais importante lagoa é a Lagoa do Rey, mas existem outras menores e que levam os nomes dos antigos proprietários das terras onde se localizam. A lagoa da Filomena, dos Neves, dos Martins, do Trajano.



(Fonte. Furg. 2001).

Na foto aérea pode se perceber, na ilha, a lagoa do Rey, bem como os cordões de dunas de areia e a parte da ilha que é cultivável, próxima a Laguna dos Patos.

A ilha possui uma estrada circular, construída na década de 70, que a circunda como uma coroa, permitindo assim o acesso a toda a ilha. O acesso a ilha pode ser feito de duas maneiras. A primeira através da ponte que permite a sua ligação com a ilha do Leonídio e a Vila da Quinta e finalmente a BR 392. Esta ligação feita por estrada de chão batido possui cerca de 8 km, até a BR 392.

A segunda ligação, e a mais utilizada, é feita por via fluvial. Está ligação feita por barcos, permite que a distância de 1.500 metros sobre o canal do Rio Grande, possa ser cumprida em 30 minutos. Os ilhéus de barco aportam no cais do porto da cidade do Rio Grande e praticamente no centro da cidade. Porém não existe um transporte regular, nem por via terrestre ou fluvial, e os ilhéus se locomovem com veículos ou barcos de sua propriedade.



O transporte usual. Foto: Carlos Recuero.

Ao se observar a ilha dos Marinheiros, percebe-se que embora próxima ao continente e à cidade do Rio Grande, manteve-se intacta com relação aos costumes tradicionais, às práticas de filantropia, e a uma organização social própria na ilha, onde até hoje não existe posto policial, médico, odontólogo, cemitério ou mesmo uma linha de transporte regular.



A ilha em foto do satélite. Reprodução de Carlos Recuero.

Percebe-se, pela imagem, que a proximidade da ilha à cidade do Rio Grande, abaixo da ilha na foto e representada pelo tom cinza da imagem, e da qual se encontra distante apenas 1,5 km, por mar, era uma grande atração, mesmo visual para os ilhéus. De fato, Lima (2003) diz: “A ‘luz’ da cidade vista do lugar (Marambaia – Ilha dos Marinheiros) convidam para se ir lá, mas quando se olha e vê o que existe lá, não se quer ficar lá e imediatamente se deseja voltar para o lugar” (LIMA, 2003:210), “(...) e se vê convidado pelas ‘luzes da cidade’” (LIMA, 2003:211).



Os Fundos da Ilha. Foto: Paulo Azambuja.

A ligação por terra, em construção, e pode ser vista à esquerda, embaixo, na foto, como uma linha branca que liga a ilha ao continente.



Pode-se perceber na foto quando a ligação entre o continente e a ilha ainda não estava realizada. Fonte. Furg. 2001.

A infra-estrutura da ilha é precária, do ponto de vista das necessidades básicas, como saúde, economia, transportes e educação. A energia elétrica que começou a ser implantada em 1982 e somente foi concluída em 1992.

A estrada que margeia a ilha é de chão batido e, até pouco tempo, no período do inverno, era intransitável em muitos lugares. A estrada foi reformada, em 2006, e foi totalmente ensaiabrada, o que deverá acabar com os problemas que ocorrem no inverno.

A ilha possui uma água de excelente qualidade, que se atribui a sua composição geológica e a superficialidade do lençol freático, por possuir um terreno areno-argiloso que funciona como um imenso filtro natural. Porém não existe tratamento de esgotos, sendo utilizado o sistema de fossas em todas as propriedades.



Foto: Carlos Recuero.

O comércio é quase inexistente na Ilha. Existem apenas pequenos bares e duas pequenas padarias, uma delas trabalhando com um sistema de vendas de propriedade em propriedade.

As necessidades básicas dos ilhéus, quanto à alimentação, são atendidas através de dois mascates que circulam pela ilha diariamente. Um com um caminhão e outro com uma Kombi, ambos comercializando todos os gêneros alimentícios de primeira necessidade. A outra solução, que resta para o ilhéu, para suprir as necessidades básicas, é uma viagem de barco até a cidade do Rio Grande, e lá adquirir o que necessita.

Com relação à educação, a ilha possui 04 escolas de ensino fundamental, que são; a Escola de 1º. Grau incompleto da Marambaia, que é estadual, a escola Sylvia Centeno Xavier, a escola Coração de Maria e a escola de 1º. Grau incompleto Apolinário Porto Alegre, municipais. Não existem escolas de ensino secundário na ilha e os ilhéus, que desejarem avançar em seus estudos, devem se deslocar para o continente e buscar as escolas estaduais, municipais ou particulares ali existentes.

Outra questão é a da saúde, que tem sido fundamental para a grande emigração de jovens que a ilha vem sofrendo. O sacrificante percurso até a escola no inverno, através do canal do Rio Grande e o vento do mar, faz com que os jovens se mudem

para o continente. Uma vez indo estudar no continente os jovens não voltam, caracterizando na ilha então uma população de crianças, adolescentes e velhos.

Saúde e segurança são também outros problemas básicos da ilha. Não existe um posto policial. Um pequeno ambulatório, com uma auxiliar de enfermagem é tudo com que os ilhéus podem contar. Está sendo implantado um atendimento médico, pela prefeitura, uma vez por mês, mas é ainda muito deficiente, pois atende com um horário muito restrito e a pouca quantidade de pessoas por dia.

Agrega-se ainda o fato de que o ambulatório está localizado na parte sul da ilha, ao lado da escola Sylvia Centeno Xavier, no Porto Rey, e não existe transporte regular na ilha, o que dificulta aos doentes receberem um atendimento médico quando necessitam.

A Ilha dos Marinheiros não possui cemitério, e todos os óbitos são levados para o cemitério da cidade do Rio Grande. De fato, Lima diz que na Marambaia “(...) não existe cemitério, devido ao afloramento das águas subterrâneas e na Marambaia, o cemitério contaminaria os poços d'água o que impediria a permanência dos pescadores, por isso são obrigados a realizarem os enterros no cemitério católico e judeu da cidade” (LIMA. 2003.625), porém o fato é de que esta regra ocorre em toda a ilha e não em uma parte como mencionado pelo autor.

A economia da ilha está fundamentada em dois pilares. A pesca artesanal e a agricultura familiar. A criação de animais é feita apenas para a subsistência e o próprio consumo. Os ilhéus também cultivam flores para engordarem os parques ganhos com a pesca e a agricultura familiar. As ilhoas são famosas por sua produção de buquês e arranjos florais para as festas de finados, na cidade do Rio Grande e de São José do Norte, onde as comercializam nestes eventos.

Existem dois pequenos estaleiros artesanais na ilha, e ambos estão localizados na Marambaia. No Porto do Rey há também uma empresa familiar industrializa de forma artesanal o vinho denominado de Jurupiga. Porém, na ilha diversos habitantes produzem, para consumo familiar, a bebida jurupiga e vinho.



O Carpinteiro “Bolinha”. Foto: Carolina Fassbender.

A Ilha dos Marinheiros, diante da atual conjuntura, se encontra abandonada pelo poder público, que dela e de seus moradores só se recorda em ano eleitoral. A inexistência de mecanismos geradores de empregos, bem como a crise que a agricultura familiar e a pesca artesanal se encontram, comprometem a estabilidade econômica e o desenvolvimento sustentável da população ilhéu.

A migração para o continente é ainda a única alternativa viável para os jovens em idade produtiva, que partem em busca da sua subsistência e sobrevivência. Na ilha, restam velhos e crianças, lavradores e pescadores, abnegados e apaixonados, não obstante todas as dificuldades enfrentadas no dia a dia e que de certa forma coincidem com o dizer de Lima que “(...) o ser humano transfere para as ilhas o desejo da felicidade terrestre ou eterna (...)” (LIMA, 2003:218), pois o viver na cidade não supera o contentamento e a felicidade do contato com o mar, com a natureza e os tempos de Evans-Pritchard (2005).

O tempo ecológico “(...) reflexos de suas relações com o meio ambiente(...)” , e o tempo estrutural “(...) que são reflexos de suas relações mútuas dentro da estrutura social(...)” (EVANS-PRITCHARD, 2005: 107.108), pois na ilha as relações de parentesco regem a sociedade nesta aproximação com o mundo natural, esta relação entre a natureza e a cultura, nos modos da organização social existente.

Ver precede as palavras. A criança olha e reconhece, antes mesmo de poder falar.

Mas, existe ainda outro sentido no qual ver precede as palavras: o ato de ver, que estabelece nosso lugar no mundo circundante. Explicamos esse mundo com palavras, mas as palavras nunca poderão desfazer o fato de estarmos por ele circundados. A relação entre o que vemos e o que sabemos nunca fica estabelecida. A cada tarde, vemos o Sol se por. Sabemos que a Terra está se movimentando no sentido de afastar-se dele. No entanto, o conhecimento, a explicação quase nunca combinam com a cena.

(John Berger -Modos de Ver. 1999)

4.3.5. Outra maneira de contar o rito: A narrativa visual













Fotos : Carlos Recuero.

4.3.6. Retomando as palavras

Este rito, da troca e da agregação da imagem do santo visitante pela comunidade em festa parece indicar que a imagem da divindade visitante passa a integrar a comunidade em festa, como parte dela, e vem trazendo com ela todo o “seu poder mágico”, como diz Van Gennep, ao mencionar os ritos de agregação “(...) o fato do estrangeiro ser, para um grande número de populações, um ser sagrado, dotado de potencialidade mágico-religiosa...” (VAN GENNEP, 1978: 41) e portanto,

deve “ligar-se” a tal sociedade de forma a lhe agregar o seu poder divino e para poder então interceder por ela junto a uma divindade maior.

Passando por sob os arcos religiosos festivos, o santo visitador é adentrado ao templo religioso e colocado ao lado do festejado, onde ficará o dia inteiro, aguardando pedidos, recebendo oferendas e agradecimentos.

Como a prática de visitas feita pelas imagens dos santos padroeiros é uma tradição, observa-se a criação de um vínculo social entre as imagens e as pessoas de cada comunidade, de forma que neste rito de troca o santo visitador sempre agrega ao festejado o seu “poder” e estabelece uma devoção, reforçando um vínculo estreito de relacionamento entre todos os grupos sociais envolvidos.

O rito da festa tem prosseguimento e compreende ainda o hasteamento das bandeiras brasileira e portuguesa, assim como a execução dos dois hinos nacionais. Este evento também é saudado e anunciado pelo fogueteiro. O complexo de relacionamento com a pátria de origem dos ancestrais e da terra onde vivem estabelece uma identificação entre os ilhéus e os outros, os de fora da ilha. Este fenômeno étnico, preconizado por Fredrik Barth (1997), delimita os ilhéus como o povo e os outros como os de fora, os “estranhos”.

A identidade insular tem uma forte característica, que se expressa nas relações de parentesco, através de expressões como “o filho do fulano”, a “nora do siclano”, com os apelidos e vai estabelecendo uma procedência e uma origem comum, a pátria portuguesa ancestral. Assim, a classificação feita por Max Weber (1999), que diz ;

(...) grupos humanos que, em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias” (WEBER, 1999: 270).

E isto é uma constatação nas entrevistas e na observação dos ritos religiosos das festas dos santos padroeiros dos ilhéus.

Não existe uma memória sobre a origem da festa e do ritual praticado na mesma, nem sobre a maneira de como fazer. Porém a memória coletiva, formada por diversas memórias individuais, determina como a festa religiosa deve ser feita, assim, acontecendo em todas as três comunidades.

Nas entrevistas se observa que é a lembrança individual de que “*foi sempre feito assim*”, “*meu avô fazia, meu pai também*” (Américo Lopes – Ilhéu), e então “*é preciso reverenciar a sua memória e também fazer assim*” (Mary – Ilhoa), pois é o que forma a memória do grupo sobre a festa. É a lembrança que faz com que o grupo social, organize as festas sempre da mesma maneira, devido ao compromisso estabelecido com e pelos antepassados perante as divindades, de fazerem assim as festas. Isto rege as normas de como deve ser feito agora.

Após a celebração da missa, durante o dia todo, até o horário da procissão se desenrola uma visitação aos santos padroeiros, onde os ilhéus, realizam pedidos agradecimentos, novas solicitações, levam oferendas, pagam dívidas com as

divindades e estabelecem um diálogo com as mesmas, através de orações, cantos, oferendas e ladainhas.

Aqui acontece o momento preconizado por Van Gennep que em seus estudos chama de “transição”, ou seja, o estágio intermediário no desenrolar de um rito onde o indivíduo sai, e é separado do modo anterior de vida, da condição profana e se prepara para adentrar a outro momento, a condição sagrada.

Este fato de ser re-integrado pela participação no rito, em um novo status, o de homem religioso, pois regenerado da condição de profano, pelo evento religioso, o que permite a passagem para o mundo das divindades, é o que irá determinar as novas condutas sociais e morais do participante do evento, até que aconteça uma nova festa e ele possa se redimir de eventuais falhas ou transgressões realizadas.

O rito de passar por sob os “arcos” é praticado corporalmente e em muitas vezes partilhado com os familiares, seja antes da procissão ou durante a mesma. Para Van Gennep, “(...) o ritual é fundamentalmente feito de ação física” (VAN GENNEP, 1987: 26). Existe um valor sagrado nesta prática; entretanto, a razão da realização do mesmo perdeu-se no tempo sendo mantido vivo pela tradição, pois como diz o ilhéu Carocha; *“sempre foi feito assim, desde que me lembro”*.

A apropriação da prática, desenvolvida pelos ilhéus atuais, integra um sistema de ações simbólicas, que fazem parte do rito religioso de todas as festas religiosas da ilha dos Marinheiros, o que foi transmitido como herança cultural religiosa, apenas para aquela localidade e que sugere a existência de uma tradição inventada na ilha, caracterizando uma etnia insular, que perdeu no tempo a origem da tradição utilizada, mas manteve a unidade religiosa do grupo, pois é comum a várias lembranças dos ilhéus das várias comunidades religiosas da ilha.

(...) Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 2004: 55).

As práticas rituais são iguais em todos os eventos religiosos, e os protagonistas são quase sempre os mesmos. Porém, a cada evento, percebe-se, pela observação, que se incorporam novos indivíduos ao ritual, caracterizando uma reafirmação ao sagrado por parte daqueles indivíduos que se re-incorporam ao grupo religioso, do qual, certamente, haviam se afastado.

Estes ritos praticados na Ilha dos Marinheiros evidenciam o contexto social em que se fundamenta aquela sociedade insular, caracterizando uma etnia, pois são de cunho relacional e simbólicas, sendo a essência da sua interação social e de suas relações com o sagrado, caracterizando um significado único deste grupo de insulares, fundamentando seus valores, normas e estabelecendo culturalmente a forma com que estes ritos dão significado à própria existência do indivíduo, nativo da ilha, do grupo e da identidade social .

A integração e as relações étnicas acontecem, antes, durante e depois da participação da cerimônia e do ritual religioso da festa, quando reforçam a integralidade do grupo social, os participantes assumem a condição de redimidos, socialmente e religiosamente, fazendo despontar um “ethos” e mostrando uma cosmologia frente ao outro e sua relação com o sagrado, que irá reger seu comportamento cotidiano, sua identidade aumentando a coesão social do grupo e formando sua memória individual e coletiva frente às festas religiosas.

4.3.3. O Ilhéu e sua cultura

A Ilha dos Marinheiros faz parte de um símbolo polissêmico, que permeia a cultura do seu habitante. Pois, ali se reúne uma população de trabalhadores sazonais, visto que são em um momento pescadores - lavradores e em outro momento lavradores – pescadores. Utiliza-se desta expressão para definir o ilhéu porque às vezes, estes pescadores, também exploram a terra, quando impedidos de pescar. A exploração da terra está ligada não só as questões da “piracema”¹³, como também à afirmação de um pluralismo econômico característico do litoral do brasileiro como diz Maldonado (1986).

Muitos dos outros habitantes da Ilha dos Marinheiros que são agricultores, na época da chamada ‘safra do peixe’¹⁴, dedicam-se também a pesca, caracterizando esta definição de serem lavradores – pescadores.

Através deste duplo que constitui as sociedades que habitam as ilhas é que o habitantes insulares elaboram um simbolismo e um imaginário, próprio de uma sociedade ligada ao mundo de ilhéus submetidos ao ciclo da natureza. Um mundo que é real, mas também mítico pois é ao qual estão submetidos, devido às limitações territoriais do seu ambiente natural, a ilha e as águas que a cercam.

De fato, Bachelard diz que “(...) a imaginação não é como sugere a etimologia, a faculdade de formar imagens da realidade; é a faculdade de formar imagens que ultrapassam a realidade, que cantam a realidade” (BACHELARD, 2000:17/18).

Este ambiente insular, por características próprias e inerentes ao seu aspecto geográfico territorial, possui uma população que tem este modo de vida muito particular, ligado a imagens e símbolos associados aos mares.

É um modo distante e diferente do continente, pois vive sob a ordem das águas e das marés e é modelado pelo ciclo dos ventos, pelo tempo cíclico e pela natureza. São estes elementos naturais que estabelecem o ritmo de vida desta sociedade e caracterizam a sua identidade, ditando o seu cotidiano real e o mítico.

De fato Diegues diz que “(...) As ilhas estão presentes nos mitos fundadores de muitas sociedades e culturas(...)” (DIEGUES, 1998: 33) esta característica faz com

¹³ Piracema. Época da desova dos peixes em que é proibida a pesca no Brasil.

¹⁴ Safra do Peixe, ocorre normalmente nesta região nos meses do verão e comporta mais precisamente a pesca do camarão, crustáceo nobre, pescado na laguna dos Patos e que proporciona grande valor pela sua comercialização

que se identifique, nos fenômenos sociais insulares, - fundamentados a partir da organização do espaço, dos recursos limitados da natureza - as práticas religiosas e as atividades de produção econômicas particulares, que caracterizam estas sociedades.

A identidade particular do ilhéu é portanto formada com base nos mecanismos de apropriação dos recursos do mar, na submissão a simbologias sobrenaturais e na exploração de uma agricultura familiar e rudimentar, visto o isolamento que se impõem aos habitantes insulares.

Todo ser possui uma forma de apresentação ao mundo reconhecida tanto pela sociedade em que está inserido, como por seu próprio íntimo. No entanto, as suas características internas e externas vão compor um indivíduo único, diferente dos outros e, ao mesmo tempo, diretamente influenciado pelo ambiente com o qual interage e de que participa por suas construções inventivas (RECUERO, 2007: 14)

O ilhéu faz parte de um grupo social que por, ser dependente da maritimidade¹⁵, caracteriza-se como uma “sociedade de ausências e de esperas” (DIEGUES, 1998: 75) pois, espera os que vão e voltam do mar e aguarda que o ciclo da natureza se complete na agricultura, caracterizando a sua vida. Porém, isso significa estar a identidade de cada ilhéu sempre em processo de transformação, de metamorfose, de adaptação aos momentos históricos pelos quais está passando e pela influência que o ambiente lhe impõe.

Barros Filho, Lopes e Issler (2005:19) definem a identidade como “o resultado provisório de um diálogo entre o social e o sujeito”, esclarecendo que o processo identitário é algo que não é apenas individual, mas derivado também da atuação da sociedade, do coletivo e das influências que ambos, indivíduo e grupo trocam entre si.

O mitológico pensamento do passado, de serem as Ilhas lugares inóspitos para se viver, é reforçado hoje, comparado às facilidades que o continente apresenta do moderno, da globalização e da atratividade que exerce nos grupos sociais que ainda se fundamentam no artesanal, braçal e principalmente a dicotomia que faz entre o moderno e a natureza.

¹⁵ Maritimidade. A definição de maritimidade pode ser entendida por um conjunto de várias práticas (econômicas, sociais e sobretudo simbólicas) resultantes da interação humana com um espaço particular e diferenciado do continental: o espaço marítimo. (DIEGUES,1998 :50)

A migração para o continente é então cada vez maior, na Ilha dos Marinheiros, porque os jovens não querem mais fazer um trabalho braçal, não querem viver da pesca e da agricultura, pois é um ritmo de vida regido pela natureza, que é lento e faz parte do passado (ultra-passado) e que vai se contrapondo ao ritmo esfuziante do moderno, no continente, e que os atrai cada vez mais e que já ocasiona e ocasionou uma emigração constante cada vez maior para a cidade do Rio Grande e outros municípios.

Entretanto, existe uma magicidade que se impõe entre o imaginário e o racional e que se entende como um pensamento mítico desta sociedade que os faz voltar, ainda que para muitos, apenas para a festa do seu santo padroeiro e para re-negociar seus contratos com as divindades que permeiam o seu imaginário desde a sua infância, pelas práticas rituais religiosas.

Pois, conforme o ilhéu Ronaldo Oliveira “*se você perguntar para as pessoas que já foram embora da ilha se querem voltar, todas responderão que sim*” o que traz uma identidade e um vínculo forte entre os ilhéus e o seu lugar de origem .E a afirmação do Joca, responsável pelo santuário de Nossa Senhora de Lourdes, dá bem a conotação da identidade do ilhéu com a sua ilha e a sua relação com o imaginário e o espaço natal ao dizer “ *Eu vinha até o porto e ficava olhando. Ficava olhando prá ilha. Agora eu sei o que era. Era o desejo de voltar! Eu ficava, olhando a ilha de longe, quando me aposentei vim direto prá cá*”.

Assim, o ilhéu foi desenvolvendo uma etnia, que o caracteriza e o diferencia em relação aos outros, os de fora os que não são da Ilha. De fato, Diegues diz: “A construção da identidade passa pelo contato e pela oposição ao outro, o que não é nascido na ilha” (DIEGUES, 1998: 115).

Definindo ele, o ilhéu, e o outro que é o estranho. Aquele que é de fora, que é do continente e que não tem a afetividade irreprimível com a ilha ou relações de parentesco com ele. As origens étnicas do grupo social afloram na definição; “os da ilha” e “os de fora”, e as diferenças culturais existentes contribuem para a formação de um patrimônio cultural imaterial deste povo e deste lugar, que é único e é um manancial para o estudo antropológico.

Entre os ilhéus existem representações, simbolismos e imagens próprias que compõem o imaginário coletivo e que determinam a sua forma de apreensão e de ocupação espacial e territorial da geografia da ilha, com características diferentes das populações ditas continentais. Seria o universo simbólico que se caracteriza como

uma forma de herança e que se torna um meio de reconhecimento do próprio ilhéu, com o lugar onde vive, em uma expressão identitária coletiva, pois “(...) as origens do grupo são, muitas vezes, diversas, mas é a identidade do lugar que o funda, congrega e une” (AUGÉ, 2007:45). Assim a população ilhéu ocupa os espaços geográficos, conforme as condições necessárias à sua atividade e à sua sobrevivência.

A população ilhéu possui práticas sociais e culturais específicas que compõem as ações individuais e coletivas praticadas e que influenciam sobremaneira os modos de vida que desenvolvem, influenciando as noções de trabalho, de território, de espaço, de natureza, caracterizando esta sociedade e a formação de sua identidade cultural.

As construções sociais se elaboram a partir das dimensões imaginárias das representações culturais que contemplam duas realidades distintas e ao mesmo tempo muito próximas. A dos lavradores, pequenos agricultores que vivem o tempo cíclico da natureza, e a dos pescadores submetidos às lendas e aos mitos do mar. Esta natureza híbrida, é a matéria prima da formação do ilhéu.

Ao emergir a memória coletiva do ilhéu, brota também a descoberta de uma relação individual com a natureza e com o mítico. Onde o divino, o desconhecido, os monstros dos mares e os mitos da terra, são os componentes desta memória individual que se propaga pela tradição da oralidade.

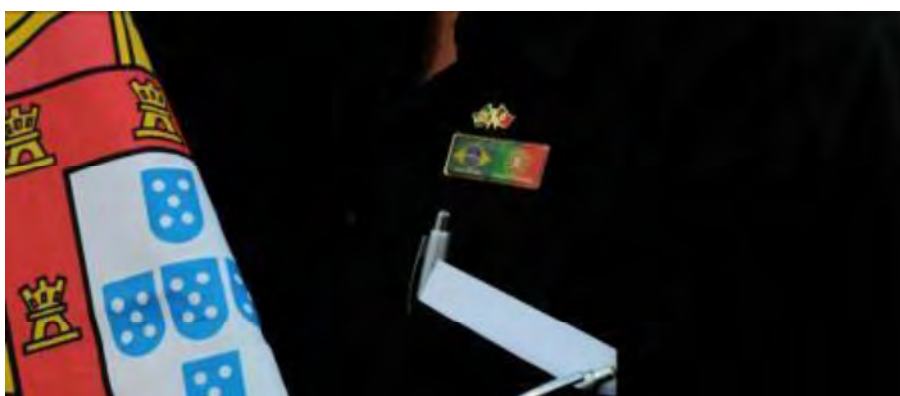
São estes os componentes da memória coletiva, que é formada pela agregação das memórias individuais, como diz Halbwachs : “(...) Para que a memória dos outros venha assim a reforçar e completar a nossa(...)” (HALBWACHS, 2006: 276), integrando estes dois universos da realidade insular, e que estabelecem as relações ontológicas entre o imaginário popular e a tradição inventada, expressada através da fala e das linguagens do corpo, e que são captadas neste trabalho pela câmara fotográfica.

Os resgates feitos através da memória coletiva e registrados pela oralidade apontam para a relevância do estudo dos rituais religiosos, como as festas religiosas na Ilha, como uma forma de compreender esta cultura, de forma particular neste trabalho, com o registro das festas dos santos padroeiros.

Os valores e a relação do simbólico da vida social e familiar fazem do cotidiano, uma interação do imaginário religioso individual e coletivo desta sociedade complexa com a realidade material e sua inserção no social e no espaço geográfico.

Esta sociedade é culturalmente baseada na herança social deixada por seus ancestrais portugueses. A tradição norteia os comportamentos religiosos, sociais e culturais, apesar dos processos de modernização e agressão da globalização mundial a que está sendo submetida.

O grupo social mantém ainda uma forte identidade com a cultura portuguesa, tanto em costumes como em sua estrutura familiar e social cultivando as tradições herdadas e as criadas pelo isolamento geográfico, e que são praticadas nas relações reais com os homens reforçando as ações imaginárias e simbólicas.



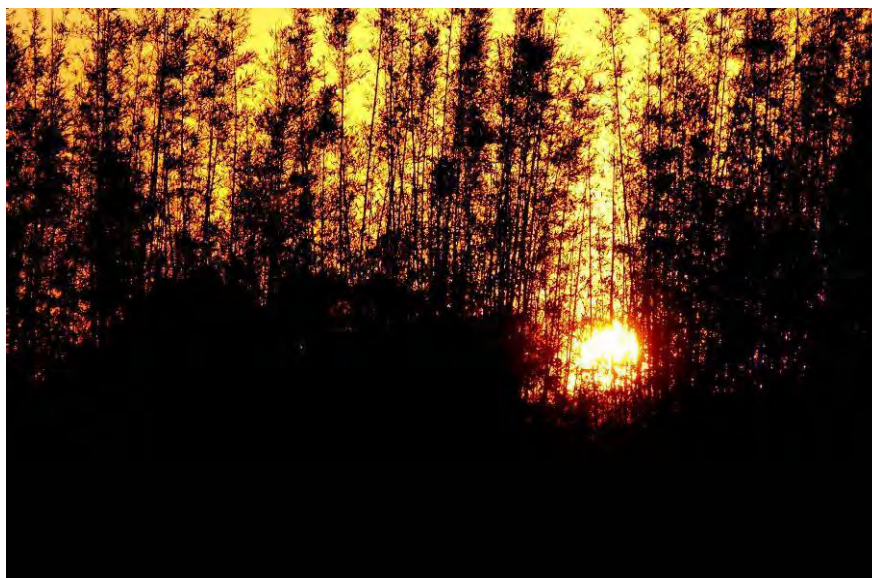
Detalhe da roupa de festa de um ilhéu. Foto: Carlos Recuero.

O nível da memória e da tradição, na sua relação com os mitos, com as lendas e casos sobrenaturais permeia a vida do grupo e tem nos antigos as práticas originárias destes modelos em suas relações com as coisas materiais e imaginárias, existindo uma estreita relação com a afirmação da identidade insular e a maritimidade, com o inexplicável, o sobrenatural, os lugares assombrados e os mitos.



Foto: Carlos Recuero.

Todavia, os mais jovens, acreditam tratar-se de apenas algumas histórias que são contadas “nas cozinhas”, durante as refeições e enquanto aguardam o telejornal e a novela. Mas, estas relações com o sobrenatural, podem ser estudadas e abrem uma visão sobre a cultura e a simbologia que ainda orienta a vida de todos os “marinhenses”¹⁶.



As taquaras que protegem dos ventos e do sol e que abrigam o lobisomem.
Foto: Carlos Recuero.

A íntima ligação do ilhéu com a natureza com os fenômenos naturais forma a fisionomia antropogeográfica¹⁷ do homem da ilha. Aqui, o isolamento fundamenta a sua cultura e um primitivismo social, uma vez que as influências culturais externas, se deram até pouco tempo apenas pelo que se ouvia pelo rádio. Com a chegada da luz há pouco mais de 10 anos, passou a ter condições de melhorar a sua integração social com o resto do continente.

A existência simples dos habitantes da ilha, remete ao que Marques, apurou sobre o “pescador artesanal do sul, onde diz sobre a sua pessoa como;

“(…) Temente a Deus e aos seus santos padroeiros”.
“(…) mas deixou-o ainda supersticioso.” “Reccia o sobrenatural; crê em mitos: usa “bentos”, talismãs. Utiliza-se de “rezas”especiais para afastamento dos

¹⁶ Marinhenses. Termo que identifica o nativo nascido na Ilha dos Marinheiros.

¹⁷ Antropogeografia –É um ramo da geografia humana, e aqui visto como o espaço de vida dos grupamento humanos

“mau spritu”e do “mau olhadu”. Teme os “maus agoro”e uma serie di coisas “qui não presta dizê ou fazê”; protege sua casa com “registro”de santos” (MARQUES, 1973:16)

Um jornalzinho escolar, denominado de ILHÉU, feito pelos alunos da escola Sylvia Centeno Xavier, localizada no Porto do Rey, publicava em sua edição número 1, de agosto – setembro de 1995, o seguinte;

“Bola de Fogo – Assusta moradores da Ilha. No dia 23 de agosto à noite, 4 mulheres iam passando distraidamente pela Marambaia. Quando avistaram uma enorme bola de fogo, fazendo com que elas gritassem. Os moradores da Marambaia disseram que era o “Boi Tatá”¹⁸. Há pessoas que dizem que isso é um pássaro que quando voa abre as asas e aparece em sua cauda uma luz em forma de uma bola e outras dizem que quando alguém carneia um animal, a gordura sobe para as nuvens e com o calor do ar forma-se uma bola de fogo. Reportagem Flávia, Fabiane Marques e Sibebe” (ILHÉU, 1995. 04).

Percebe-se como diz Durand, “pontos de condensação simbólica, objetos privilegiados aonde se vêm cristalizar os símbolos” (DURAND, 45: 2002). São os “begues” dos barcos, os tortuosos caminhos por entre as “taquaras”, ou as lendas dos homens do mar, que regem o agir do homem e da mulher no seu cotidiano. Mas, é nas festividades religiosas, que desabrocham símbolos, costumes, fatos sociais únicos, que caracterizam este ilhéu, em relação a outros habitantes insulares deste país.

¹⁸ Boi Tatá – Fogo-fátuo. Vem do guarani mboi, cobra, e tatá, fogo, cobra de fogo, é mais uma crendice do que uma lenda. (NUNES & NUNES. 1982. 67). “Sprito perdido” (Fogo-fátuo) é considerado, como um espírito perdido que aparece “nus lugar invisive aquela tocha di fogo”- a cabeça do “spritu mau”é de fogo. Os compadres que se casam, quando morrem, seus espíritos se batem e lançam fogo no ar. (MARQUES.1973. 63).



O begue, na proa do bote. Foto: Carlos Recuero.



À esquerda, no lugar do coração, a minha alma. No direito, o lado do braço e do trabalho a minha vida, o meu lugar. (Seu Néri. Morador da Ilha)

Foto: Carlos Recuero.

Assim como diz Mauss; “É da natureza da sociedade expressar-se simbolicamente nos seus costumes e nas suas instituições” (MAUSS, 2001:15). Entende-se como a observação das festividades religiosas, no caso as procissões, tem importância para o estudo dos resquícios da imigração portuguesa, colonizadora da ilha, para a compreensão do grupo étnico social da Ilha dos Marinheiros e da sua relação com o sagrado, com os mitos e as lendas que compõem o imaginário coletivo desta população.

O relato oral de Carocha, pescador da Marambaia e do Bita também pescador

Olha nós táva num lugar lá no Retiro (local próximo ao oceano e ao município de São José do Norte)¹⁹. sem nada. Não tinha casa, não tinha gente, não tinha nada. Nós muito namorado e ia nos lugar das vila dos outro pescador do norte. Depois nós voltava a cavalo. Eu e o Bita tava voltando até onde o meu pai tava esperando. Ele tinha acendido um liquinho, para nós o achar. Tinha muita cerração e tava escuro que nem preto.

Nós tava a cavalo e no meio do nada, começamo a ouvi risada de mueí. Riam na nossa frente. Riam atrais de nós. Riam encima de nós. Isso foi um vinte minuto, nós caminhandu e ouvindo as risada. Olha era as Bruxa²⁰! Elas andam atrás de home solteiro. Nós tinha só 28 ano e era solteiro. Mas era as Bruxa! Hoje não se fala mais nisso. Nós os véio sabemu, mas a gurizada não.(Em entrevista. Abril. 2007)



Espantalho “barbuleta”. Foto: Carlos Recuero.

O estudo desta população de ilhéus se descortina em um viés de uma descontinuidade entre o moderno e o tradicional, entre o mito e a lenda, de forma que o ritual é uma dimensão para se pensar a relação com o mundo dos espíritos desta sociedade e as relações entre o mundo material e o mundo religioso.

¹⁹ Nota do autor. A cidade de São José do Norte, dista da ponta da Marambaia, na Ilha dos Marinheiros, cerca de 2km pela água através do canal de acesso do Oceano Atlântico à Lagoa dos Patos.

²⁰ Bruxas. Outro integrante dos mitos e lendas do litoral Sul-Riograndense, segundo Lilian Marques(1973). “(...) A bruxa não é necessariamente, como em outras localidades, a sétima filha do sexo feminino. É escolhida entre as mulheres solteironas ou viúvas, que vivem afastadas do convívio popular. Tem as mesmas propriedades de lobisomem, quanto a tornar-se visível e invisível. Transforma-se em “barbuleta preta” e voa sem ser vista”(MORAES. 1973.63)

O mundo invisível dos espíritos, só será passível de compreensão através da recriação do diálogo entre a cultura e a memória e a tradição presente nos gestos, nos olhares, nas manifestações religiosas. As falas que compõem as expressões culturais e os costumes manifestos pela relação com sobrenatural do inconsciente no agir nos festejos dos santos padroeiros, é que irão recriar as relações interrompidas pelo cotidiano com o mundo dos espíritos.

Através da manifestação da religiosidade do morador da ilha e a sua relação com o rito, a magia, a piedade e a fé, nas demonstrações religiosas de relações com o sobrenatural e na busca pela salvação, pelo paraíso, estão contidas, todas as maneiras de agir durante o tempo profano, com a retribuição das dádivas recebidas na troca, ainda que mística, que se realiza nas festas, quando da busca de novos obséquios divinos.

O estreitamento destas relações com os espíritos do céu, e os espíritos da terra e da água, faz parte da universalidade do homem insular e da sua inserção como parte da natureza e as ligações existentes entre ele e a própria natureza e o desconhecido.

Seu Laudelino do Basílio, 67 anos: Os antigo falava que tinha Lobisome²¹. Eu me alembro. Eu era pequeno e tava durmindo no chão, na frente do fogão. Aí começou uns barulho na rua e o cachorro gritava e acuava, era um barulho muito forte. Ai todos saíram de casa pra vê, meus irmão, todos e eu fiquei durmindo no chão. Depois eles disseram que era lobisome. Eu disse, mas vocês me deixaram sozinho, e se ele me pega. (Risos...) É tinha lobisome sim. Não sei se era cachorro grande, feio. Mas tinha lobisome. Hoje não se fala mais nisso, mas os antigo sabe.

Que importância os nativos reservam a esta relação com o mito, a lenda, a terra, a água, o espaço geográfico e o céu, baseados em sua religiosidade. Como se dá a afirmação de relação com o divino, com o mundo místico e o mundo do sagrado, com a realidade temporal vivida, no processo das trocas entre a natureza e o homem. Mauss aponta para “a obrigação de dar” ao falar do “potlach”, mas afirma mais

²¹ Lobisomem . Pode ser qualquer homem, geralmente os solteirões ou viúvos que morem sós, são os mais “aperseguidus di sê lobishômẽ”. “(...) No dizer do povo, o dito lobisomem, às sextas-feiras, no “ponto da meia noite”. “vira cachorro cresce as presa, lá Neli, i sai di quatro pé pelos escuro, aperseguindu as pessoa”. Torna-se imaterial, com a propriedade de aparecer e desaparecer. (...) “assusta us otro cachorro”. (MARQUES.1973.63)

adiante “não implica só a obrigação de retribuir os presentes recebidos; ela supõe dois outros igualmente importantes: a obrigação de os dar, por um lado, obrigação de os receber, por outro” (MAUSS, 2001: 67).



Devolução aos deuses do recebido. Foto: Carlos Recuero.

Esta realidade é presente na realização das festas religiosas. Este fato ocorre dos mais velhos aos bem mais novos e se expressa de forma particular na celebração religiosa, nas oferendas, nas rezas e cantos durante a procissão e nos agradecimentos e pedidos diante do “Cruzeiro”.

Mas é durante o dia, antes da procissão, diante dos santos padroeiros, no interior da capela (o lugar sagrado), que os grupos familiares e os grupos de trabalho realizam as “trocas” com os seres divinos e estabelecem esta unidade que se tenta obter do convívio do profano com o religioso, que é o principal elemento cultural desta etnia.



Ofertas na porta da Igreja, antes da festa religiosa. Foto: Carlos Recuero.

A preocupação com a verdade, como diz Barthes “pagar pelo que se fez” (BARTHES,1993: 17), sendo correto e retribuindo as graças, e fazendo novos pedidos, realizando oferendas ou acolhendo conselhos que são meditados entre os cantos e as rezas pronunciadas durante a procissão, tudo com o objetivo de passar do tempo profano para o tempo sagrado e de tornar-se divinizado comendo o alimento sagrados dos Deuses, que a festa religiosa proporciona.



Pagando a promessa. Foto: Lyl Recuero.



Crianças fantasiadas de anjos para o "pagamento de promessas".
Fotos: Carlos Recuero.

Com referência ao fato de serem todos católicos e cristãos, novamente o depoimento de Carocha é esclarecedor : *Aqui não tem nada de Iemanjá, de macumba. Isto é coisa de negro e aqui não tem negro.* Assim, a afirmação de que são católicos é uma afirmação da própria identidade de ilhéu e é uma afirmação de ser um habitante da ilha.



Barco com a Imagem de Iemanjá. Foto: Jandré Batista.

“ Não é daqui não! Isso é coisa de gente da Turutana. É coisa de nêgo! Aqui não tem nêgo”, diz Carocha olhando a fotografia e questionando que o barco com a figura de Iemanjá ancorado no cais do Porto do Rey, fosse da Ilha dos Marinheiros.

Todavia, Lima que pesquisou durante muitos anos a região da Marambaia na Ilha dos Marinheiros afirma que “(...) o desconhecimento da religiosidade afro-brasileira impõe ao pescador o medo de toda manifestação e expressão religiosa evidenciada nas pedras da ‘velha doca’²². Eles negam o que em casa veneram”(LIMA, 2002: 581). De fato, não é Ogum que se faz ‘homem’ nos terreiros e que luta e vence o demônio e adquire o domínio e o controle sobre todas as incertezas da natureza (mar e agricultura)?

Para Lima, na Marambaia se cultuam, “(...) Iansã, Ogum, Nossa Senhora dos Navegantes (Iemanjá) e outras divindades (LIMA, 2002: 338) evidenciando o que diz Brandão (1923) a respeito de homens afetos à vida do mar que “(...) são também profundamente religiosos, porque estão a toda hora na presença de Deus” (BRANDÃO *apud* DIEGUES, 1998: 211).



Imagens de santos da Capela São João Batista. Foto: Carlos Recuero.

²² Velha doca refere-se ao antigo cais do porto da cidade do Rio Grande, onde as associações de Umbanda e Quimbanda da cidade realizam seus despacho. É neste local também que os pescadores da ilha atracam seus barcos, quando vem a cidade, evitando pararem próximos aos feitiços.

4.3. A Religiosidade do Ilhéu, a Cruz, o Cruzeiro e o Rito

4.3.1. A Religiosidade do Ilhéu

O sagrado e o profano constituem duas modalidades de ser no Mundo, duas situações existenciais assumidas pelo homem ao longo da sua história (ELIADE, 2001:20).

A religiosidade na Ilha dos Marinheiros possui uma característica única, ou seja tem sua trajetória fundamentada na religião católica apostólica romana e na herança cultural religiosa portuguesa. Na ilha não existia até pouco tempo, outra prática religiosa, que não fosse a católica.²³

A religião praticada na ilha é a professada pela Igreja Católica Apostólica Romana. O cristianismo, que se baseia no antigo testamento, na Bíblia e na doutrina de Jesus Cristo, que tem na cruz a sua principal identificação, caracterizando os cristãos.

A cruz faz parte da trajetória bíblica e tem uma estreita relação com a figura de Cristo. A veneração à cruz reafirma a crença em Jesus e resume a união entre o céu e a terra. Portanto, percebe-se que a cruz, vista como símbolo, exerce uma importante função ao realizar a ligação do mundo humano com o sagrado.

É a cruz que estabelece a ligação do homem com a divindade, com Deus. É diante da cruz, símbolo que cumpre uma função poderosa de ligação com o sagrado, que o homem entra em contato com o divino, através das preces, dos pedidos, da veneração, da adoração, e onde os agradecimentos são exteriorizados como expressão máxima de uma cultura religiosa. Geertz (1989) vê este símbolo como parte de uma experiência unificadora;

²³ Nota do autor: Recentemente, na parte mais miserável da ilha, denominada de Coréia, se instalou em um pequeno casebre uma igreja evangélica, denominada de "Deus Amor". Seus seguidores, são em número inexpressivo, reunindo algumas dezenas de pessoas, que vieram para a ilha e se instalaram na região dos Fundos da ilha próximo a Marambaia e que vivem da sazonalidade da pesca e da agricultura. Neste trabalho, não houve nenhuma possibilidade da sua inserção, uma vez que são um grupo fechado e não aceitaram dar entrevistas ou explicarem seus ritos.

(...) se revela de forma contínua e dialética, pois transforma simples objetos (como uma madeira) em uma potente realidade de transcendência, oportunizando uma ligação com o sagrado, fazendo circular por um código o todo num simples fragmento. (internet-ver religiosidade e cidade – o Santuário de Santa Cruz dos Milagres –Pi).²⁴

O fenômeno religioso tem a atenção despertada, em parte, pela tradição ao culto, mas também pela herança histórica católica portuguesa que as populações herdaram e mantêm viva, como uma forma de ligação entre o céu e a terra, entre o sagrado e o profano, entre a pátria mãe e a terra onde vivem, constituindo importante patrimônio histórico e cultural. Aqui a memória desempenha um importante papel de sedimentação na formação de uma identidade cultural própria da ilha dos Marinheiros e intimamente ligada à vida com o mar. Brandão aponta “(...) e logo o sentimento duma herança étnica que se relaciona intimamente com a grandeza do mar” (BRANDÃO *apud* DIEGUES, 1998: 212).

Lukács (2003) postula, da possibilidade de determinada “classe”, e aqui se vê o ilhéu com esta visão, de que ela, a classe, pode estabelecer uma visão de mundo particular e, ao formar a sua memória, constituir-se em um grupo com uma percepção especial sobre a sua história, a partir da memória coletiva, que é constituída de diversas memórias individuais, o que Halbwachs define como que “(...) nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros (HALBWACHS, 2006:30), constituindo a memória de um grupo.

Então, esta ligação que a cruz oportuniza com o sagrado, é para o homem religioso, a oportunidade de viver a dicotomia que a vida proporciona, de dois tempos distintos, um tempo primordial, sagrado e que é “(...) santificado pelos deuses e suscetível de tornar-se presente pela festa” (ELIADE, 2001:65) no fato religioso, e de outro tempo: o temporal, quando o homem trabalhava e vive o cotidiano inserido no mundo.

“O mundo insular” (DIEGUES, 1998:13) constitui-se de redutos socioculturais com espaços geográficos – culturais, específicos que possuem representações simbólicas únicas e práticas sociais singulares que orientam as ações daqueles habitantes e normatizam seus comportamentos na comunidade.

²⁴ Site acessado em 28.05.2008. www.pi.gov.br/download/200511/CCOM04_6057e7556e.pdf -

Sendo o ambiente insular rodeado pelo mar, as imagens arquetípicas destas populações são produzidas pelo “(...) inconsciente coletivo (a ilha refúgio, a ilha paraíso)” (DIEGUES, 1998:15), característico das populações continentais, e que ainda segundo Diegues diferem da realidade ilhéu que, “(...) representam simbolicamente o território em que vivem, usando segundo as épocas históricas, imagens e símbolos cujos significados podem ser diferentes dos usados pelas sociedades não insulares ou continentais” (DIEGUES, 1998:18).

O homem insular não vive isolado do cosmos, mas completamente envolvido nele, pela natureza, e sua “(...) identidade emocional inconsciente” (JUNG, 86:1973) é extremamente ligada aos fenômenos naturais, uma vez que sua vida é regida pelo tempo cíclico das estações climáticas e do ritmo da natureza. Os particularismos da gente do mar e dos habitantes insulares envolve, em geral, desde os rituais que antecedem a saída para a pesca, à própria pesca e vão do lançamento dos barcos ao mar até o seu retorno. Sobressai ainda a escolha dos companheiros de trabalho e que vão na parelha,²⁵ assim como o modo de falar e a forma como enfrentam a dualidade da relação água-terra.

O linguajar próprio com expressões praieras como diz Marques (1973) caracteriza também o ilhéu que não é ‘mitrado’²⁶ e nem não gosta de ‘bater a costera’²⁷ mas que gosta de falar das ‘coisa osca’²⁸ e preza o fato de ser dono de si mesmo e ter esta impressão de liberdade, embora a segregação imposta pela natureza de se ver rodeado de água e isolado, e por isso conserva quase que intacta as tradições firmadas de “(...) sua cultura e o seu primitivismo social”(MARQUES, 1973: 15) mesmo diante da interferência de outras culturas e grupos sociais.

Mas estes insulares da ilha dos Marinheiros são ligados a um outro tipo de atividade além da pesca, que é a atividade agrícola. Pois estão submetidos à sazonalidade da safra pesqueira e às leis existentes pelo período da desova²⁹ dos peixes, assim, estes insulares se dedicam também à agricultura em regime familiar.

A reprodução social e cultural que advém desta dualidade de vida entre a terra/mar somada ao componente da cultura portuguesa, dão a este insular um sentido muito forte do sagrado e das suas relações com o sobrenatural. As intempéries do

²⁵ Parelha –No linguajar dos pescadores um grupo de pescadores com chefe.

²⁶ Mitrado –Pessoa muito esperta

²⁷ Bater a costera – Gente que não tem o que fazer e anda de casa em casa, conversando coisas sem fundamento.

²⁸ Coisa osca – situação difícil que enfrente

²⁹ Desova –Postura do peixe. época da reprodução. Para os Ilhéus ‘Disova’.

mar, a incerteza da safra agrícola e a sujeição à natureza e aos seus fenômenos não controláveis, dotaram este habitante insular de um forte caráter social e religioso impregnado de misticismo e superstição.

Aliado a esta característica, existe o culto às imagens (iconolatria), característico das comunidades portuguesas e católicas, em que “(...) buscam enfatizar a centralidade do sagrado” (CAMURÇA & GIOVANNINI JR., 2003: 229) em suas vidas e reúnem elementos que norteiam seus atos e demonstram, com os símbolos, os significados e os conceitos de sagrado e profano reunidos pela comunidade.



Altar da Igreja da Comunidade de Santa Cruz. Foto: Carlos Recuero.



Altar da Igreja da Comunidade de Santa Cruz. Foto: Carlos Recuero.

O sagrado se manifesta “(...) como algo absolutamente diferente do profano” (ELIADE, 2001:17), mas também como uma forma de re-unir a realidade, o cotidiano do dia a dia, com a irrealidade, o incompreensível, o imaginário do espiritual que permeia a vida do homem ligado à natureza e o aproxima das divindades, lhe protegendo e cuidando em caso de perigo.

Para Eliade, “(...) o sagrado e o profano constituem duas modalidades de ser no mundo, duas situações existenciais assumidas pelo homem ao longo da sua história” (ELIADE, 2001: 20) e que estabelecem os conceitos de real e irreal, o que se percebe como uma marca existencial dos povos simples e que é uma característica da população ilhéu da Ilha dos Marinheiros.

As dimensões da percepção sobre a realidade religiosa ali, se concentram, sobre o “Cruzeiro”, sobre a festa do Santo Padroeiro e sobre a importância dos pórticos religiosos, nestes eventos o que caracteriza toda uma ritualização da festa. Sendo assim, a vida profana tem o seu momento de sacralização, na vivência da festa religiosa, momento em que o ilhéu sai da temporalidade “ordinária” e realiza a sua “ (...) reintegração no tempo mítico re-atualizado pela própria festa” (ELIADE, 2001: 64), através da participação no rito religioso, que media a passagem entre o profano e o sagrado.

Nesta perspectiva, o ilhéu que vive uma intensa relação entre a natureza (o tempo cíclico) e o cotidiano (o tempo real), tendo a vida normal e des-sacralizada

centrada na pesca e na agricultura, vê na festa religiosa a oportunidade de re-tornar ao sobrenatural do qual se afastou em função da sua inserção no cotidiano, no mundo real e de ter perdido o sentimento de pertencer ao universo divino do céu, o mundo imaginário e ao qual deve retornar.

Esta imagem, que vem da relação terra-mar e que “(...) é essencial na vida dos ilhéus” (DIEGUES, 1998: 117), os remete invariavelmente à “(...) identidade insular, muito freqüentemente ligada a mitos fundadores” (DIEGUES, 1998: 118) , e que fazem parte da auto-identidade e da cultura insular da Ilha dos Marinheiros.

De fato, embora as imagens do sagrado não estejam só em artefatos de madeira ou gesso, é através desta visualização, destes símbolos e da encenação de procissões, gestos, canções religiosas que o habitante da terra natural “ (...) é conduzido a esse tempo mítico, o tempo de Jesus e do seu sofrimento, estabelecendo uma continuidade entre o mundo do mito e a realidade cotidiana dos fiéis”(CAMURÇA & GIOVANNINI JR., 2003: 232).

No entanto, Vilém Flusser, ao falar sobre as imagens, diz que “(...) as imagens são mediações entre o homem e o mundo” (FLUSSER, 1998: 29), sendo, portanto relegado à imaginação a capacidade de as fazer e de decifrá-las, magicizando-as em seu conceito. O idólatra vê a realidade refletida em imagens. O homem religioso realiza a mediação entre o natural e o divino através das imagens religiosas que tomou como seus símbolos.

O Cruzeiro, este lenho de madeira e fincado no chão na Ilha dos Marinheiros é este símbolo de mediação e de ligação entre a terra e o céu. É, através do cruzeiro e do seu mito histórico que o ilhéu transforma o caos do mundo por ele gerado na possibilidade de sacralizar a sua morada e o seu tempo presente de vida.

Na ilha isto se dá em um primeiro momento através do “Cruzeiro” e de ir até ele e o tocar e beijar. Posteriormente pela festa do santo padroeiro e todas as festividades que giram em torno do acontecimento religioso que compõem a religiosidade popular ali praticada, o ilhéu ora, pede, agradece e pega a “chave” que lhe permite tal procedimento.

4.3.2. O Cruzeiro

Na Ilha dos Marinheiros o Cruzeiro é uma cruz de madeira fincada no chão geralmente próxima das capelas nas três comunidades religiosas existentes na ilha.



O Cruzeiro da Santa Cruz, o Cruzeiro da Nossa Senhora da Saúde e o Cruzeiro da São João Batista. Fotos: Carlos Recuero.

Assim, em um primeiro momento, é necessário, para se entender o comportamento do ilhéu, compreender a identidade do povo insular. Aí, e, neste ponto poder ter a compreensão da dimensão social, cultural e religiosa que a cruz de madeira, o Cruzeiro, estabelece nesta sociedade, enquanto símbolo mítico, que, fincado em local “virgem”, permite estabelecer uma ligação entre o humano (a terra) e o divino (o céu). Assim, pode-se compreender a forma como ele rege as estruturas sociais e religiosas da comunidade dentro da sua realidade. “(...) Um sinal qualquer basta para indicar a sacralidade do lugar” (ELIADE, 2001: 30).

Na região, o Cruzeiro é um fenômeno religioso característico apenas da Ilha dos Marinheiros e, embora se tenha procurado nas comunidades religiosas próximas, tanto da cidade do Rio Grande, como na cidade de São José do Norte, e nas

comunidades da Ilha do Leonídio, da ilha da Turutama, nada foi encontrado, evidenciando que o mito do fenômeno do Cruzeiro existe apenas na Ilha dos Marinheiros.

Percebe-se que o Cruzeiro faz parte de um mito único e ligado apenas a esta ilha, sendo um símbolo religioso local. Apesar das inúmeras entrevistas realizadas e da pesquisa em documentos históricos nos acervos da cidade do Rio Grande, as referências ao surgimento do Cruzeiro permeiam a imaginação popular, a fantasia e a lenda, caracterizando-se como um mito popular. Porém, a ligação com a cruz de Cristo é inegável, caracterizando uma forte herança lusitana em toda a população ilhéu.

A cruz de Cristo é adorada e venerada pelos cristãos,

A veneração à Cruz de madeira rústica, resume a crença e a confiança em um ente superior, invocada para aliviar os mais diferentes males, tanto espirituais como materiais, externa um riquíssimo repertório simbólico, tornando-se por excelência signo e significado que atrai e projeta experiências ricas e significativas para àqueles que se aglomeram ao seu redor para pagar promessas, para rezar por graças alcançadas ou, em uma última consideração para que num toque mágico possam usufruir deste poder.(www.pi.gov.br/download/200511/CCOM04_6057e7556e.pdf).³⁰

O Cruzeiro, enquanto mito de um símbolo religioso, está ligado a duas dimensões que vão do fato mítico ao acontecimento histórico, confundindo-se em uma coisa só na perspectiva da contextualização social dentro de um espaço geográfico e do estabelecimento de um ritual, que transcorre na passagem do profano ao sagrado. São imagens arquetípicas conscientes que compõem a natureza deste povo insular.

A narrativa histórica do surgimento do Cruzeiro, que descreve não só a sua cosmogênese, como também a natureza da passagem ritual do profano para o sagrado, cria, através da fusão do imaginário popular com o acontecimento real, uma visão diferenciada do mundo por parte desta população insular.

³⁰ Site acessado em 28.05.2008. Sem autor.

As histórias verdadeiras e as histórias falsas, que permeiam o imaginário popular, assim como a influência que ocasionam na cultura e no comportamento social do ilhéu, são então facilmente identificadas pelo seu comportamento social.

Quando E.E.Evans-Pritchard, ao falar sobre os Nuer diz que “(...) a maior parte do seu comportamento social se relaciona diretamente com seu gado” (EVANS-PRITCHARD, 2005: 27), evidencia o fato social ligado à realidade do cotidiano, que é a criação de gado. O mesmo se observa entre os ilhéus, onde o comportamento social se relaciona as práticas da pesca e da agricultura familiar. Assim, percebe-se que as dimensões da prática da plantação e da atividade agrícola e pesqueira são de vital importância para esta população, pois ordenam todos os comportamentos desta sociedade.

A dependência da água doce para o plantio, da força dos ventos e da direção das marés na época para a pesca, está relacionada com a natureza, com o desconhecido, implicando um relacionamento com o sobrenatural, daquilo que não é da natureza humana, como os fenômenos naturais, que para os ilhéus são regidos e submetidos aos deuses.

No dizer de Diegues, ao falar sobre o mar, revela a dimensão do espaço geográfico do ilhéu quando diz que:

(...) o mar é também habitado por seres míticos”(DIEGUES, 1998: 25) e o mar circunda a ilha e envolve toda a sua vida.” [...] “(...) a ilha não é necessariamente esse espaço paradisíaco, à margem das normas vigentes, nem essa projeção fictícia de um outro mundo, mas o lugar de ancoragem frágil e instável. (DIEGUES, 1998: 109).

Pois afinal a imagem demoníaca do mar, como um local de morte, insalubre, imenso e que envolve a ilha, caracteriza que:

(...) a ilha não é somente um espaço sagrado, ligado a várias mitologias do início dos tempos (de que se ocupa a análise junguiana), mas é também um espaço historicamente produzido e continuamente sacralizado por diferentes práticas simbólicas. (DIEGUES,1998: 108)

Enfim em muitos imaginários utópicos, segundo Diegues as ilhas “(...) continuam a povoar o imaginário humano, como um lugar de beleza, de isolamento e de uma vida natural, separada dos males da civilização” (DIEGUES,1998:176).

O Contexto de insularidade remete ao mito do paraíso perdido. A Ilha, em si traz consigo “um significado do que é viver nela”, o que segundo Diegues, “(...) é, sem dúvida, uma dessas imagens primitivas universais que atravessam os tempos, sendo recriadas nos vários momentos históricos por inúmeras sociedades” (DIEGUES, 1998:37).

Todavia, a realidade do homem que reside na ilha e é impregnado do que Eliade chama de um espírito de “*homo religiosus*” é intensamente ligada ao misticismo, à superstição a crenças, a lendas e mitos, fatos típicos de homens que vivem submetidos às forças do mar e de representações que o seu imaginário elabora pela íntima ligação que tem com a natureza e estas atividades submetidas às forças do desconhecido e incontrolável.

Segundo Diegues (2000), a ameaça constante de morrer no mar, longe da família e de ter o corpo perdido no mar, gerava um temor que “(...) criava um tipo de religiosidade muito particular entre a gente do mar” (DIEGUES, 2000:164). A população original da ilha era toda formada por pescadores e agricultores que dependem da navegação, do contato com o mar para sobreviverem.

A herança portuguesa dos primeiros colonizadores legou aos ilhéus uma forte dimensão religiosa e principalmente cristã, católica, apostólica romana. Assim, a experiência social que fundamenta as atividades cotidianas do grupo de ilhéus é fundamentada na religiosidade e na prática do cristianismo e nas suas ações devocionais tradicionais.

Mircea Eliáde aborda o conceito de um processo de fundação de um espaço; de um espaço sagrado e reservado aos deuses. Afinal o mundo criado pelos deuses e transformado pelo homem é originário do caos da relatividade das coisas estabelecidas com a presença do homem.

O espaço sagrado de certa forma seria aquele que consegue ser o ‘portal’ que pode reunir estas duas dimensões, humanas e divinas, estabelecendo uma passagem do real para o irreal, do profano para o sagrado e representando um intercâmbio entre as divindades e os homens através deste delicado momento. Para Eliade, “(...) deve existir uma ‘porta’ para o alto, por onde os deuses podem descer à terra e o homem pode subir simbolicamente ao céu”, o que “(...) assegura a comunicação com o mundo dos deuses” (ELIADE, 2001: 29. 30).



O lugar sagrado demarcado do “Cruzeiro”. Foto: Carlos Rccuero.

Os ilhéus, na Ilha dos Marinheiros, se reportam através de relatos orais, à criação do espaço sagrado na ilha, narrativas corroboradas por alguns historiadores. O local do Cruzeiro. A construção deste local, no imaginário do ilhéu, tem uma ligação simbólica com sua herança cultural e sua estrutura religiosa.

A tradição oral, relatada nas entrevistas, aponta para o surgimento do “Cruzeiro” como o objeto de troca entre o homem e a divindade, o real e o irreal, fazendo com que o acontecimento se espalhasse dentro da comunidade insular. Malinowski, ao estudar o ritual do Kula, onde os ilhéus das diversas ilhas trocavam conchas uns com os outros, criando e reforçando alianças, aponta para a importância dos rituais no estudo destas comunidades insulares.

A historiadora da ilha Anna Azevedo (2003) relata que a construção de tal espaço teve início na região da Marambaia, através de um pedido de chuvas, para que acabasse com uma enorme seca que se abatia na ilha, caracterizando uma negociação entre os homens e suas crenças em divindades superiores. Atendido o pedido, um local onde teriam acontecido as rezas teria sido demarcado para a colocação do Cruzeiro.

O depoimento da Ilhoa Alice mostra-se esclarecedor neste ponto;

Eu sou filha de português, mas minha mãe era índia. Aqui tinha Índio. A gente acreditava em

milagre e pediram e veio a chuva. Aí tinha um cruzeiro que foi colocado por meu pai e ficava ali, logo ali onde está a capela da Santa Cruz hoje. Ele e mais dois amigos foram que fizeram isso. Ali tinha muita duna de areia, agora não tem mais, e depois fizeram a Igreja e trocaram o Cruzeiro prá perto do arroio da Panasquera. Eu sei meu pai me contou (Alice Ilhoa 82 anos)

Os ilhéus da Ilha dos Marinheiros têm como característica o estabelecimento destas alianças, entre si e com aqueles que controlam o imprevisível, os deuses. Os habitantes da ilha têm “(...) estes símbolos construídos por esses pescadores a partir do espaço marcado pela imprevisibilidade, pelos perigos muitos, mas também pela prodigalidade das espécies de flora e fauna aí existentes” (DIEGUES, 2000: 05).

Portanto o Cruzeiro é um destes artefatos da troca realizada, é o símbolo que os navegantes portugueses do passado, estampavam em sua nave visto “(...) a ameaça constante da morte no mar, sem a presença da família, da comunidade e dos sacramentos cristãos...” (DIEGUES, 2000: 172) e que a tradição étnica formadora do ilhéu o incorporou miticamente a esta sociedade.

Aqui a criação do mito se perde no tempo entre o fato histórico e o relato feito sobre o acontecimento às novas gerações de ilhéus. A manifestação de fé e a crença no sagrado são os marcos fundadores do espaço sagrado. Ao falar sobre o espaço religioso e de “(...) Como se constrói um tal espaço e por que é que tal espaço se torna quantitativamente diferente do espaço profano que o cerca” (ELIADE, 2001: 21), reforça a sacralidade que o cruzeiro e o seu entorno têm para o homem religioso da Ilha.

Esta comunidade intensamente ligada às águas, ao mar, pois sobrevive da pesca, adquire no imaginário inconsciente a paz com sobrenatural, com a natureza como o lugar dos deuses e a possibilidade de navegar, de ir e de voltar, que lhe dá tal contrato. Ao mesmo tempo em que, de forma análoga, recebem o dever de retribuir o que vem implícito com o direito de receber, pois o fato de poderem consumir da propriedade dos entes divinos (a natureza) e das instituições dos espíritos mortos e dos deuses, o produto que tiram da terra e do mar, implica em também terem que retribuir.

Portanto, o espaço sagrado que o cruzeiro representa e as práticas devocionais católicas ligadas à tradição da construção de templos religiosos, as Igrejas e a sua construção como agradecimentos a santos que tivessem intercedido por ela, fez surgir

o chamado santo padroeiro dentro da mitologia cristã católica. Esta prática também ocorria em Portugal e foi trazida pelos colonizadores para o continente latino - americano. Assim, todos os anos países, estados, cidades e outras localidades comemoram a festa de um santo padroeiro.

A festa do santo padroeiro, na Ilha, é compartilhada por vários atores sociais que têm no ato de fé, ao participarem do evento religioso, a oportunidade de se reaproximar da divindade e poder reviver o rito de passagem mágico religioso que os faz sair do profano e os aproxima do habitante do céu.

Mas, para isso é necessário a participação do rito de massagem que compreende ir ao templo, passar por baixo dos pórticos religiosos e ir até o cruzeiro em orações e ali estabelecer ou renovar contratos com a divindade, retornando depois até o templo, repetindo o mesmo ritual.

Afinal, a participação neste ritual é fundamental para o ilhéu, pois é a forma de poder realizar a ligação entre o mundo sagrado que busca (da fé cristã em Jesus) e o profano que vive (o do cotidiano). Van Gennep diz que: “(...) o rito de passagem material tornou-se um rito de passagem espiritual. Não é mais o ato de passar que constitui a passagem e sim uma potência individualizada que assegura imaterialmente a passagem” (VAN GENNEP, 1978: 38).

É a eterna luta do bem e do mal, é a busca da felicidade superando a infelicidade e esta passagem significa ingressar em um mundo novo, divinizado pela experiência espiritual e que leva o indivíduo que realiza este ato compreender “(...) a idéia nele contida é a de que a pessoa desta maneira sai do mundo anterior, para entrar no mundo novo” (VAN GENNEP, 1978: 37). A visão, de quem esta no mundo anterior, o profano, vê os arcos à frente da Igreja e são eles, os arcos bonitos, que contêm a beleza e a simplicidade de, com suas cores, remeterem à idéia do afastamento do paraíso, o lugar dos deuses, da Igreja que está do outro lado.



Os pórtico e a Igreja ao fundo. Foto: Lyl Recuero.

O Cruzeiro é distante, é longe e a caminhada até ele é árdua. Ele é a chave, é o início da passagem entre o profano da condição humana, que se vê fora dos arcos, longe da festa mundana, da orgia, da comilança, da dança, da atração da vida cotidiana, e é a possibilidade de, ao se passar ao seu redor (através de), entabular uma virada, e começar o caminho para o sagrado.

O Caminho profano se torna belo, à medida em que se aproxima da Igreja e nos une ao sagrado, à divindade de Deus. É esta passagem ritual por baixo dos arcos que aproxima o peregrino devoto do paraíso, da morada dos deuses, do templo.



O caminho até o cruzeiro. Foto: Carlos Recuero.

O Cruzeiro distante encerra todo um magnetismo e concentra duas condições opostas e antagônicas, a horizontal se relaciona ao mundo dos homens e a vertical as divindades do céu. Ele é a união das duas, a intersecção, a chave para a se ter o acesso ao divino e sobre a sua esfinge se manifestam todos os sonhos, pedidos, desejos e agradecimentos. As exteriorizações do corpo e sua linguagem que compõem o “ethos” da cultura religiosa.

Ir até o cruzeiro em oração, em cantos religiosos e com devoção, possibilita adquirir o passe mágico poderoso de iniciar a conexão entre o mundo natural e dos homens e o mundo sobrenatural dos deuses, tendo a possibilidade de usufruir deste poder mágico de estar com Deus.

Esta comunicação com o superior e o sagrado é a essência da manifestação religiosa, constitui-se uma realização a ritualização completa que os ilhéus tornam tangível através da festa religiosa, da peregrinação, do encontro das imagens divinas dos santos padroeiros, que se unem para intercederem por seus súditos indo em procissões e sendo carregados em seus ombros até o Cruzeiro, ponto de intersecção entre o profano e o sagrado, entre o céu e a terra.

A volta por sob os pórticos dos ilhéus, já abençoados pelos deuses pela ida ao cruzeiro, os leva até o paraíso mágico que o templo contém, pois é ali é a morada do divino. De fato, a tradição católica aponta o sacrário do altar como a “casa de Jesus”. Esta representação alegórica da ritualização da fé, na procissão, faz parte do evento

religioso católico, e é fruto da influência de uma herança cultural tradicional e das práticas devocionais estabelecidas pela reprodução social do ilhéu religioso, da memória cultural, o que forma a religiosidade popular.

A magicização do fenômeno ocorre pela crença no sagrado, enquanto manifestação de fé e expressa de forma material e visível ao irem e voltarem ao marco fundador do espaço sagrado, “(...) um elemento mágico – religioso” (VAN GENNEP, 1978: 34) que é a “Cruz”, a principal referência da fé professada.



Tocar a cruz a referencia da fé professada. Foto: Carlos Recuero.

O “Cruzeiro” funciona como um elo de ligação entre o céu e a terra e viabiliza a idéia de através dele poder estabelecer uma integração, um vínculo de acesso ao sagrado e equacionar a questão social. As rezas, pedidos, votos, lágrimas, promessas e pagamentos, são ali realizados, de forma que a existência possa ser equacionada de forma a estabelecer uma solução religiosa, para o próprio viver.

Toda a crise religiosa é ligada a uma crise existencial e como Eliade diz, é ela a busca que “(...) põe de novo em questão, ao mesmo tempo, a realidade do mundo e a presença do homem no mundo(...)” (ELIADE, 2001:171).

O retorno ao templo resume a crença e a confiança em um ente superior, que foi invocado, referenciado e que agora é o mediador das ações dos agraciados com sua própria natureza.

O rito das imagens saindo da Igreja encerra em si só um símbolo único e capaz de estratificar os sentidos do homem religioso, do ilhéu, que busca reconciliar-se com

o divino, o qual deixou abandonado e esquecido, por causa do envolvimento com a vida do cotidiano, da vida de trabalho e dos afazeres mundanos.

Assim, é preciso, através da passagem ritual, ocasionar mudança que precisa e, esta mudança é a festa que realiza a mediação, sendo um processo mediador entre o sagrado e o profano. De fato. Van Gennep diz que:

Entre o mundo profano e o mundo sagrado há incompatibilidade, a tal ponto que a passagem de um ao outro não pode ser feita sem um estágio intermediário. (VAN GENNEP, 1978: 25)

A crise existencial entre o ser e o dever ser necessita ser resolvida, pois o homem religioso necessita da cerimônia de purificação e a encontra ao desempenhar um papel importante na cerimônia sagrada em busca da sua sacralização. Então, são seus padroeiros, as divindades que vêm do lugar sagrado para o profano a fim de intermediarem as trocas com o sobrenatural e divinizarem o profano, que ao ser por ele venerado irão mediar este processo mágico religioso.

A solução religiosa não somente resolve a crise, mas, ao mesmo tempo, torna a existência “aberta” a valores que já não são contingentes nem particulares, permitindo assim ao homem ultrapassar as situações pessoais e, no fim das contas, alcançar o mundo do espírito. (ELIADE, 2001: 171)

Os santos padroeiros vão em procissão até o Cruzeiro, onde ali após rezas e bênçãos, os pedidos e os agradecimentos são feitos. Tocar na cruz rústica de madeira sacramenta a adesão e a possibilidade de se ter a chave de acesso ao divino enquanto manifestação de fé e de crença no sagrado. É um contrato, como diz Mauss (2001), estabelecendo a troca na esperança da dádiva.



Foto: Carolina Silveira.

Levar consigo um adorno do Cruzeiro é portar um amuleto, uma defesa para ser usada no futuro, para quando não se estiver mais perto da proteção do divino encontrado na festa religiosa, o poder invocar e obter dela a proteção ou o pedido desejado.





Levando a proteção do divino e retirada do Cruzeiro. Fotos: Carlos Recuero.

Ao retornar ao templo e diante dos santos padroeiros, a bênção final é o fato mágico religioso que reformula a conotação e a união entre o sagrado e o profano. Este fato reforça a questão de unidade e de identidade social do grupo, afirmando que a participação na representação simbólica coletiva é um elemento fundamental na constituição e solidificação da estrutura social da identidade individual e coletiva do ilhéu. É Van Gennep que confirma ao dizer que “(...) o rito não divide, junta. Não separa, integra. Não cria o indivíduo, mas a totalidade” (VAN GENNEP, 1978: 21).

É também a permissão para que possa retornar ao cotidiano, abençoado, e perdoado das pequenas transgressões e desculpas para a re inserção no mundo profano, de uma nova maneira, com um novo status, como diz Van Gennep.

Assim, o ilhéu retorna ao baile, à beberagem, à orgia da musica, da dança e do mundano, possibilitando um retorno à condição humana, pois seu contrato com o divino foi renovado por mais um tempo, mas, principalmente porque “(...) a comensalidade, ou rito de comer e beber em conjunto, (...) , é claramente um rito de agregação” (VAN GENNEP, 1978: 43).



Veneração ao seu santo padroeiro. Foto: Carlos Recuero.

4.3.3. As Festas Religiosas como um rito de passagem

As festas religiosas na ilha dos Marinheiros, são, além de um rito religioso, um fenômeno social. A festa ainda pode ser definida como um amplo sistema de comunicação simbólica, onde os atores sociais representam seus inúmeros papéis sociais.

Estas festas religiosas servem ainda para aumentar a coesão social do grupo componente do universo insular, bem como estreitarem os laços familiares e reavivarem as relações de parentesco. Os laços comunitários definem de certa forma uma identidade étnica, pois ali os ilhéus se identificam culturalmente como um grupo social e os de fora da ilha, são o outro.

A identidade de ilhéu serve para fundamentar a solidariedade do grupo e a sua coesão social. O processo simbólico de organização familiar, das atividades de trabalho quotidiano, a alteridade, e as questões de gênero e as relações de parentesco são regulados por essa essência de integração entre a população ilhéu, permitindo portanto a diferenciação entre os habitantes insulares e os outros. É através do simbolismo religioso que o habitante insular, estabelece suas experiências entre o material e o espiritual.

A quantidade de signos e símbolos que permeiam as festas religiosas na Ilha dos Marinheiros, são uma forma de interagirem entre o cotidiano profano e o sobrenatural, forma que se torna presente nas festas religiosas, o que é para Eliade uma maneira do homem moderno encontrar-se consigo, com os outros e com Deus, “(...) pois é graças aos símbolos que o homem sai de sua situação particular e se “abre” para o geral e universal” (ELIADE, 2001:172).

O olhar debruçado sobre as festas religiosas da ilha dos Marinheiros permite identificar, neste trabalho, a existência de uma ritualização individual e coletiva por parte dos ilhéus no desenrolar das festas religiosas, onde todos atores representam o seu papel social. Este fenômeno social permite a incorporação de vários significados simbólicos tanto para o indivíduo como para o grupo, reforçando a identidade do grupo e aumentando a coesão social.

Os significados da festa religiosa para o universo mental para a memória individual e coletiva do nativo da ilha descortinam uma imensidão de linguagens sígnicas corporais (visuais) e verbais, que regem o imaginário coletivo e ditam a ordem moral e social desta sociedade.

Como fruto do isolamento geográfico ao qual a ilha está submetida, enquanto espaço físico, percebe-se que culturalmente o ilhéu desenvolveu ritos de passagem que permitem ao homem religioso da ilha sair do estado profano em que se encontra, devido às atividades mundanas do cotidiano, e mudar através da participação nas cerimônias religiosas, para um outro status, onde agrupa, o agir abençoado pela divindade e o relacionamento com o sobrenatural, com os seus comportamentos morais e suas práticas de integração e solidariedade, organizando a sua conduta social.

Este fenômeno religioso, cultural e étnico está ligado ao viver o cotidiano, regado pela religião católica e pela participação nos rituais das festas religiosas, onde as diversas etapas caracterizam os diversos momentos dos ritos de passagem vivenciados pelos ilhéus participantes das festas religiosas, que o irão redimir de uma conduta irregular a sua fé.

De fato, o estudo feito por Van Gennep permite visualizar nas festas religiosas da ilha dos marinheiros a existência de ritos de passagem, através da identificação das inúmeras cerimônias e ações desempenhadas pelos ilhéus durante os eventos observados, e que apontam para a transição de etapas rituais, durante a festa religiosa, que praticadas pelos ilhéus, enquanto indivíduos inseridos na participação nas cerimônias religiosas, irão preparar a mudança de agir no futuro, após a participação nestas festas.

Os conceitos de “separação”, “transição” e “incorporação”, tão bem identificados por Van Gennep, estão presentes nos ritos ali observados. O fato de perceber que o ilhéu, ao adentrar à festa, realiza uma “separação” com o cotidiano profano que vivenciara no dia a dia até aquele momento, caracteriza a fase de separação. A transição para o mundo “flutuante” onde experimenta a transição de espaço, antes de penetrar no sagrado, é uma das principais características da sua efetiva participação no evento religioso, quando realiza os rituais de “passar por sob os arcos”, entrar na capela e negociar com as divindades a mudança desejada ou agradecer a já obtida.

Assim a escolha da melhor roupa, da “domingueira”, realiza a iniciação para o rito que se concretizará na festa do santo padroeiro. Entretanto, a dicotomia entre o sagrado e profano é vivenciada durante a própria festa, entre os acontecimentos religiosos e sagrados e a comilança e a bebedeira no almoço e no baile, que ocorre concomitantemente com o evento religioso.

É perceptível, pela estrutura formal da festa religiosa, que o ilhéu cumprindo determinados procedimentos rituais, reunirá as condições de obter o acesso ao paraíso, ao sagrado, e conseqüentemente reforçando seus valores sociais, sua conduta moral e sua integração ao grupo, bem como sua identidade cultural insular, que lhe é peculiar.

Participar das duas festas faz parte do rito de passagem que resgata o cotidiano na festa profana e reforça a importância dos compromissos que a religiosidade lhe impõe, e que devem ser assumidos para se viver no cotidiano.

Ao sair do almoço, ou do baile, e passar, por sob os arcos religiosos, realiza a transição de poder sair do estágio profano e buscar o mundo da divindade, o mundo do sagrado. O ato de caminhar, por sob o “portal mágico”, lhe propicia a “passagem”, de um estado para o outro, realiza a ligação entre os dois mundos.

Esta ruptura com o cotidiano, esta separação com o modo anterior, permite que ele efetue uma transição entre os estágios de um modo de viver social caracterizado pelo que antecede a participação no evento religioso, e um outro modo, agora divinizado pela passagem ritual de um mundo para o outro, mas que só se alcança se participar da festa religiosa do santo padroeiro, e este mediar tal mudança.

Entre o mundo profano e o mundo sagrado há incompatibilidade, a tal ponto que a passagem de uma ao outro não pode ser feita sem um estágio intermediário”. (VAN GENNEP, 1978: 25)

O Ilhéu, ao participar do evento, vai em busca de uma mudança do seu cotidiano, busca abandonar o profano e divinizar-se, alterando sua conduta e moldando-a segundo as orientações divinas, aprendidas pela fé. Para tanto, deve cumprir o rito de andar por sob os arcos religiosos festivos para poder “(...) ingressar em um mundo novo” pois, “(...) o rito de passagem material tornou-se um rito de passagem espiritual” (VAN GENNEP, 1978: 37.38).

O ato de estabelecer um contato com o sagrado, através da fé e devoção e o ato de passar por sob os arcos e atravessar “(...) do mundo anterior para entrar em um mundo novo” (VAN GENNEP, 1978: 36) o levam ao templo onde vai efetuar um contrato com a divindade e então poderá realizar uma mudança de vida e do seu agir no cotidiano, para lhe permitir estar renovado, como um novo homem, agora “sacralizado” .

Então o rito da participação na festa religiosa se caracteriza como uma passagem entre momentos que irão compreender a transposição de um estágio para outro. Saindo do profano vivido até a data que precede a festa, para a sacralização adquirida após a participação na festa, fato que irá ordenar, a partir de então, o ato de viver renovado em, pela mágica religiosa, as suas práticas sociais no cotidiano com uma conduta moral de acordo com preceitos religiosos da fé católica.

Para o ilhéu a experiência na festa religiosa de ficar “(...) flutuando entre dois mundos” (VAN GENNEP, 1997:36) é vivenciada através do recolhimento pessoal que o ilhéu efetua no sagrado, quando estabelece a negociação com o divino através das promessas, dos agradecimentos, dos pedidos e ali recolhido na sua interioridade, não é nem da terra e nem do céu, pois ao afastar-se do mundo material, aprimora a religiosidade, busca o mundo espiritual devido, “(...) a nossa capacidade para captar a dimensão sacra do mundo” (FLUSSER, 1967:12).

Afastado da realidade do cotidiano e ainda não integrado ao sagrado, dentro do templo, recolhido em orações e meditações, o ilhéu desenvolve as práticas preconizadas pela fé e pelas orientações religiosas do catolicismo, pois “(...) os ritos são regras de conduta que prescrevem como o homem deve se comportar em relação às coisas sagradas” (SEGALEN, 2002: 21).

Percebe-se, ao observar as festas religiosas na Ilha dos Marinheiros, a existência destas regras, ainda que não explícitas, mas como meios reguladores para realizarem a integração na sociedade ilhéu e como forma de estreitar os relacionamentos familiares e sociais, pois o ato de participar deste rito religioso, único na região, reintegra o indivíduo renovado à comunidade através da participação no rito religioso.

Toda a festa ocorre de uma mesma maneira, e retornando à memória coletiva, que possui uma importância enorme, para o grupo social. Como sugeria Halbwachs (2004), pelo fato de ser um fenômeno social, coletivo e sujeito a transformações e também formador de uma identidade coletiva, a memória coletiva torna presente o

conhecimento individual sobre o ritual e materializa a lembrança do agir do grupo social.

A memória é quem re-apresenta o “modus operandi” do fazer a festa e do participar da mesma, visto que, formada por lembranças individuais, irá constituir a imagem da representação anterior, e recriar o que acontecia no passado. Este conhecimento é a consciência que o grupo étnico do ilhéu tem de si e a identificação de pertencimento ao grupo.

*O meu pai fazia a festa assim! Ele foi muitas vezes o festeiro, foi ele que fez a capela nova da Nossa Senhora da Saúde. Aí, agora (2008) ninguém queria fazer a festa! Mais aqui sempre se fez. Aí viemos eu o Paulo Renato, a minha família e o Fernando Marques o Ari, o Juca, o Enildo e a Vera Lúcia e fizemos a festa **como sempre se fazia**.
(Américo Lopes – Ilhéu)*

As formas de materialização dos significados religiosos e culturais do evento religioso, é um processo de comunicação e materialização de significados e significantes como uma linguagem própria da cultura insular, como se pode ver.

4.3.4. O Rito

A festa religiosa tem início com a chegada dos outros santos padroeiros das outras comunidades da ilha. Esta chegada obedece a um ritual, sendo anunciada pelo fogueteiro. Esta atividade, desperta uma certa concorrência entre os homens, principalmente os mais jovens, que vêm na figura do fogueteiro um lugar de destaque no evento, o que atrai os olhares das moças, a atenção da meninada que corre em busca dos cartuchos de fogos já utilizados, e a cobiça do lugar dos solteiros.

O santo padroeiro vem carregado em um andor, pelos membros da sua comunidade religiosa. Normalmente os devotos participam da festa com o grupo familiar, na medida em que é a mulher que age em primeiro plano na festa religiosa. Ela traz os filhos, o marido precisa estar presente, pois a participação é também um

rito de agregação familiar. De fato, a festa religiosa reforça a organização familiar, na medida em que é capaz de mostrar a função paterna - a autoridade masculina – o poder do homem de autoridade e a ascendência da mulher sobre as questões religiosas.

Todos os atores sociais, têm na festa, um comportamento em relação às coisas sagradas e aos atos profanos. Percebe-se que a festa só é completa se este duplo se faz presente.

O fogueteiro vem anunciando com os fogos a chegada da imagem da divindade visitante. Os festeiros aguardam, à porta do templo, com seu estandarte até que o grupo, que vem em procissão, esteja próximo da capela, do lugar sagrado, e só então, a partir da visualização do visitante, vão ao seu encontro.

A Banda da ilha segue atrás dos festeiros e do estandarte da comunidade em festa, executando marchinhas tradicionais. Muitas vezes são músicas sem qualquer cunho religioso, mas reconhecíveis por serem de domínio popular.

Ao realizar-se o encontro entre o estandarte do anfitrião e a procissão com o andor do santo padroeiro que vem em visita, acontece uma troca repleta de simbolismo e significado religioso. Este acontecimento ritual é executado em todas as festas religiosas da ilha dos Marinheiros. Os anfitriões trocam de lugar com quem carrega o andor do santo visitante, passando a carregar o andor com o santo padroeiro visitador.

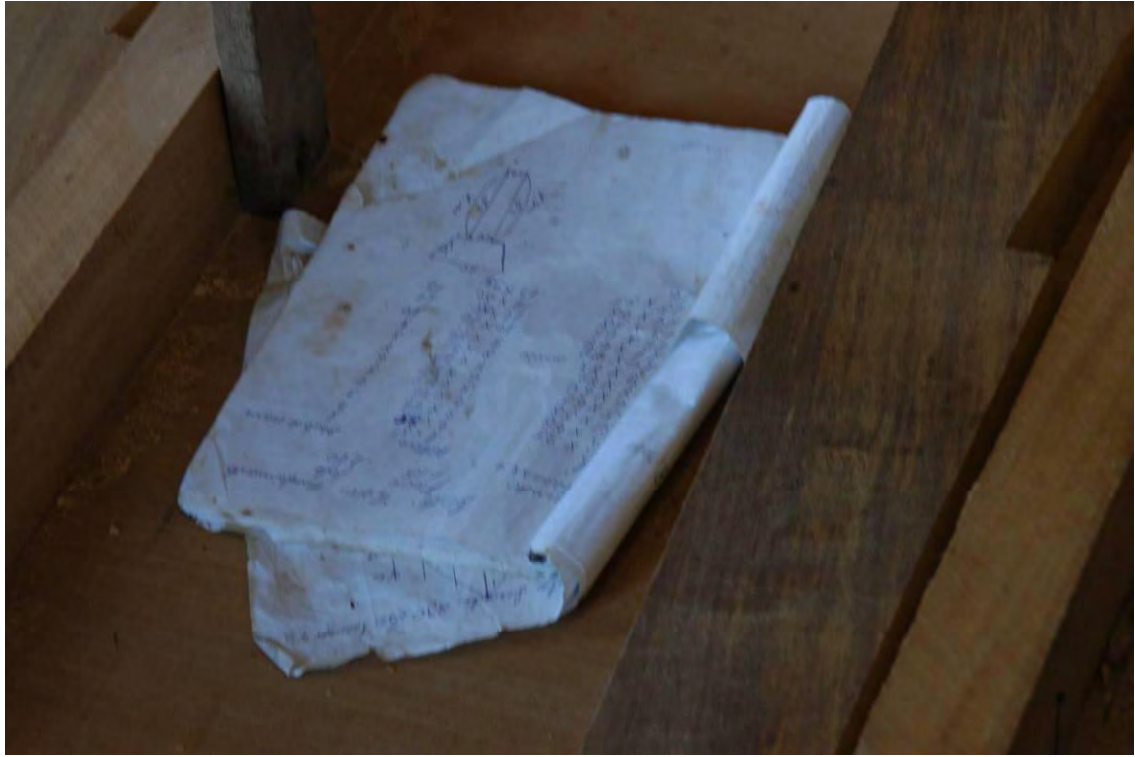
Os visitantes, agora sem carregar o andor, e acompanhados pela banda, seguem o cortejo em procissão. O estandarte é carregado pela pessoa da comunidade em festa. É como se fosse o totem do clã, podendo somente alguém do clã carregá-lo.







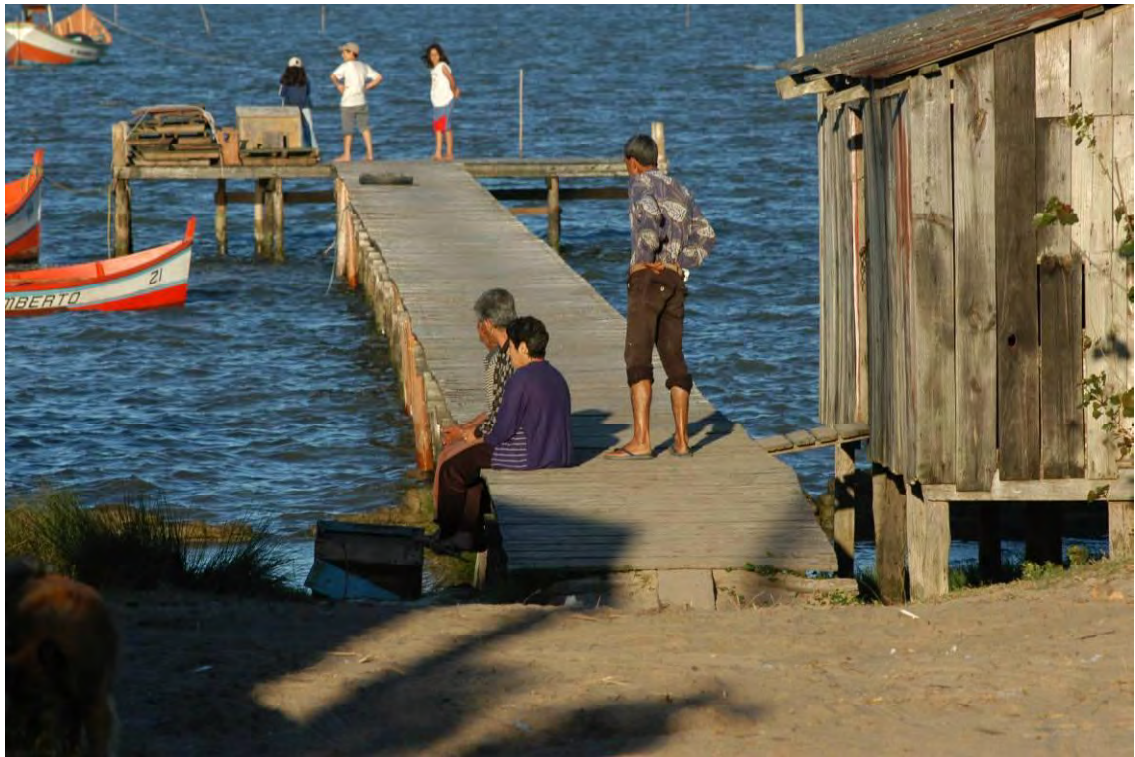














FOTOS ; Carlos Recuero, Paulo Azambuja, Carolina Brum, Andressa Barros, Jandré Batista, Carolina Silveira, Andria Halfen, Cadija Sousa.































